

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
SEÇÃO DO ESTADO DA BAHIA

REVISTA



BAHIA

a revista da advocacia baiana

setembro | 2019

EM DEFESA DA ADVOCACIA

Nova gestão da Seccional intensifica ações para melhorar o dia a dia da profissão

ENFRENTANDO A CRISE DO JUDICÁRIO

OAB fortalece combate pela melhoria da prestação jurisdicional no TJBA com ações no CNJ e no STF

A BAHIA NO CFOAB

Protagonismo baiano no Conselho Federal reforça a defesa da advocacia em nosso estado

LUCCE

GRAÇA

CONHEÇA O 3/4 MAIS MODERNO DA GRAÇA.

Instigante como a luz do dia, elegante como a luz da noite. ☉ Lucce tem apartamentos otimizados que podem tomar forma em 3/4, 2/4 com sala ampliada, cozinha integrada, home office. Um projeto eficiente, que gera incrível economia de recursos, inclusive no valor do condomínio. **Realize o sonho de viver na Graça em grande estilo a partir de R\$ 706.077,36***, com mensais de R\$ 1.980,00* e 37 meses para pagar a poupança.



🏠 ROOFTOP

👥 COWORKING

🐾 PET PLACE

🏊 PISCINA CONTEMPORÂNEA

🏋️ FITNESS

👶 ESPAÇO KIDS

🎲 SALÃO DE JOGOS

⚽ STREET SOCCER

🌿 ESPAÇO LUCCE

🛀 SALA DE MASSAGEM

🚗 VAGAS DE VISITANTE

🚗 EMBARQUE/DESEMBARQUE

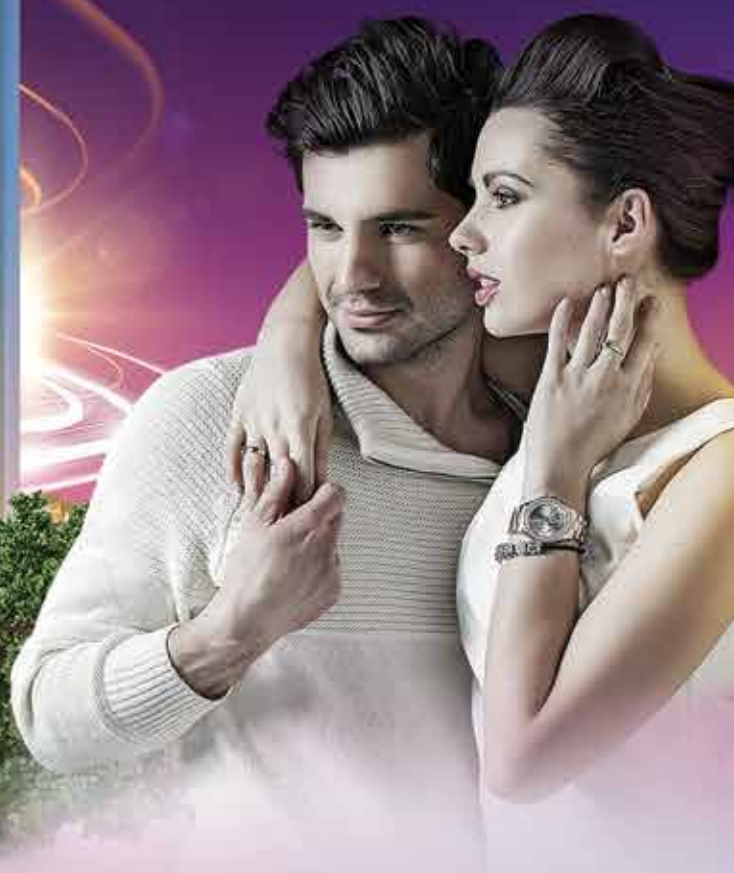
🏢 03 ELEVADORES

👤 ESPAÇO DIARISTA

🏠 PLACAS SOLARES

🌿 IPTU VERDE

🚲 BICICLETÁRIO



VISITE NOSSO STAND RUA SANTA RITA DE CÁSSIA, GRAÇA.

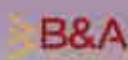
luccegraca.com.br | [@luccegraca](https://www.instagram.com/luccegraca) | 3011-9090 [71 9.8102-7500](https://api.whatsapp.com/send?phone=71981027500)

REALIZAÇÃO:

VENDAS:

PROJETO ARQUITETÔNICO:

PROJETO DE INTERIORES:



Em atenção à Lei Federal nº 4.591/64, informamos que todas as características e imagens deste empreendimento, que estão nesta peça publicitária, têm caráter meramente ilustrativo e promocional, por se tratar de bem a ser construído. Todas as ilustrações são representações artísticas, podendo sofrer alteração de cor, textura, acabamento e composição. O memorial de incorporação foi registrado na matrícula 49.004 do 1º Cartório de Registro de Imóveis da cidade do Salvador-Bahia. *Valores referentes a unidades no 1º andar durante o mês de setembro de 2019.

ÍNDICE



Entrevista	Fabrizio Castro	9
Diretoria 2019-2021	União para vencer desafios	17
Conselho Federal da OAB	Força baiana na cena nacional	23
Prerrogativas	Podem contar conosco!	31
Crise do Judiciário	OAB-BA recorre ao CNJ e garante atendimento a advogados no TJBA	35
Jovem Advocacia	IV Encontro Regional da Jovem Advocacia	39
Subseções	Interior fortalecido!	48
Inativos do TJ	Inconstitucionalidade nociva	52
Advogadas	Comissões valorizam e dignificam a mulher	54
Inspeções em Presídios	Seccional luta por dignidade no sistema prisional	58
Participação	Quinto Constitucional tem votação histórica	60
Comissões	OAB-BA cria novas comissões e fortalece diálogo com sociedade	62
Assistência	CAAB cada vez mais forte para servir à advocacia baiana	64
ESA	Formação Jurídica de qualidade em todo o estado	68
Campanha	Celeridade nos honorários	70



No trânsito, dê sentido à vida.

SALVADOR CAR, A PRIMEIRA MITSUBISHI DA BAHIA.

MAIS DE 25 ANOS DE TRADIÇÃO
FAZENDO O MELHOR PARA VOCÊ.



CONHEÇA A NOVA PAJERO SPORT

**TEST DRIVE,
LEVAMOS ATÉ VOCÊ.**

**SEMINOVOS PREMIUM
COM GARANTIA.**



SALVADOR CAR

TRADIÇÃO EM MITSUBISHI

71 3512-2944 📞 71 99645-7122 • WWW.SALVADORCAR.COM.BR

f @ MITSALVADORCAR • AV. BARROS REIS, 44, RÓTULA DO ABACAXI, SALVADOR/BA

EXPEDIENTE



DIRETORIA EXECUTIVA

Fabício Castro | *Presidente*
Ana Patrícia Dantas Leão | *Vice-Presidente*
Marilda Sampaio de Miranda Santana | *Secretária-Geral*
Maurício Silva Leahy | *Secretário-Geral Adjunto*
Hermes Hilarião Teixeira Neto | *Tesoureiro*

CONSELHO FEDERAL

Antônio Adonias Aguiar Bastos
Carlos Alberto Medauar Reis
Daniela Lima de Andrade Borges
Ilana Kátia Vieira Campos
Luiz Viana Queiroz
Ubirajara Gondim de Brito Ávila

CAAB

Luiz Augusto Reis de A. Coutinho | *Presidente*
Pedro Mascarenhas Lima Junior | *Vice-Presidente*
Tereza Cristina Guerra Dória | *Secretária-Geral*
René Martins Viana Filho | *Secretário Adjunto*
Milton Jordão de Freitas Pinheiro Gomes | *Tesoureiro*
Erenaldo de Sousa Brito | *Diretor*
Kathia Norberto Mattos | *Diretora*
Marcelo Gabriel Souza Araújo | *Diretor*

ESA

Thaís Bandeira | *Diretora Geral*
Luiz Gabriel Batista Neves | *Vice-Diretor*
Juliane Facó | *Diretora-Secretária*

CLUBE DOS ADVOGADOS OAB-BA

José Fernando Silva Santos | *Presidente*
Milena Brito Arcanjo da Silva | *Dir. Adm. e Financeira*
Ronaldo Amorim Bastos | *Diretor Social*

CONSELHO SECCIONAL

Adilson Affonso de Castro
Adriano Ferreira Batista de Souza
Alana Dantas Gonzales
Alberto Carvalho Silva
Alex Rosa Ornelas
Ali Abutrabe Neto
Antonio Lima de Mattos Netto
Arivaldo Marques do Espirito Santo Junior
Betha Brito Nova
Camila Matos Montalvao
Camila Trabuco de Oliveira
Carla Rita Bracchi Silveira
Carlos Wilson Sales Costa
Carlson Lemos Xavier
Carolina Bussen Brandao
Cinzia Barreto de Carvalho
Cristiana Matos Americo
Cynthia Maria de Possidio Oliveira Lima
Daniel de Souza Nogueira
Daniela Carvalho Portugal
Dervana Santana Souza Coimbra
Dora Marcia Zalcbargas
Edivaldo Martins de Araújo
Elisandra Gustavo dos Santos Lins
Emerson Ferreira Mangabeira
Emilia Roters Ribeiro
Emmanuelle Sena Farias
Etienne Vaz Sampaio Magalhães
Fabiane Silva de Almeida
Fabiano Cavalcante Pimentel
Fabiano Soares Figueiredo
Fabricio Bastos de Oliveira
Fernanda Carvalho Leão Barretto
Fernanda Ravazzano Lopes Baqueiro
Fernanda Souza Cardoso
Fernanda Viana Lima
Filipe de Abreu Reis
Filipe de Campos Garbelotto
Georgia da Silva Dias
Georgia Teixeira Jezler Campello
Humberto Graziano Valverde
Humberto Lucio Vieira da Silva
Icaro Werner de Sena Bitar
Ingrid Freire da Costa Coimbra Vieira
Isabela Munique Rezende Paiva Bandeira
Isabela Tarquínio Rocha Camara
Jacson Santos Cupertino
Jeronimo Luiz Plácido de Mesquita
Joana Rego Silva Rodrigues
João Francisco Alves Rosa
Joeline Araujo Souza
José de Souza Gomes Filho
José Henrique Andrade Chaves
Josimarcos Santana Araujo
Juliane Dias Faco
Lara Rafaelle Pinho Soares
Leonardo Nunez Campos
Lia Maynard Frank
Lucas Balduino Rosas Biondi
Luciana Santos Silva
Ludmila Aguiar de Oliveira
Luis Vinicius de Aragão Costa
Maira Santana Vida
Manuela Nascimento Ferreira
Marcos Fontes de Amorim e Santanna
Marcos Sampaio de Souza
Maria Luiza Laureano Brito
Mariana Matos de Oliveira
Marilena Galvao Barreto Tanajura
Mário Cesar da Silva Lima
Miucha Pereira Bordoni
Osvaldo Emanuel Almeida Alves
Paloma Braga Araujo de Souza
Pedro Nizan Gurgel de Oliveira
Rafael de Medeiros Chaves Mattos
Rafael Menezes Trindade Barretto
Raquel Carneiro Santos Pedreira Franco
Roberta Casali Bahia Damis
Roberto Cal Almeida Filho
Rui Carlos Rodrigues Miranda da Silva
Ruy Hermann Araujo Medeiros
Sabino Goncalves de Lima Neto
Simone Neri
Soraya Maria Teles Lima Franco
Sylvio Garcez Junior
Tamiride Monteiro Leite
Thaís Bandeira Oliveira Passos
Tiago Assis Silva
Vander Luiz Pereira Costa Junior
Vanessa Santos Lopes
Wendel Santos Silveira

REVISTA OAB-BA

Paulo Fortes | *Assessoria de Comunicação*
Virgílio Neto | *Coordenação Editorial*
Luiz Lasserre | *Coordenação de Jornalismo e Textos*
Saulo Miguez e Francisco Artur | *Jornalismo e Textos*
Angelino de Jesus, Jasio Velásquez, Clécio Max,
Marcio Lima e Eugenio Novaes | *Fotos*
Alexandre Rosa e Virgílio Neto | *Projeto Gráfico e Editoração*

PARA ANUNCIAR

Alexandre Rosa | *Diretor Comercial* | (71) 99906-4486
Albérico Mascarenhas | *Comercial* | (71) 98315-5252
Virgílio Neto | *Diretor Administrativo* | (71) 98872-6467

revistaobba@gmail.com

ESTRUTURA, RESULTADOS E TRADIÇÃO.

SEM DÚVIDA,
ANCHIETA.

Há quase quatro décadas, o Colégio Anchieta faz história na educação. Sempre com os melhores profissionais e uma estrutura de ponta, nossos alunos vivem experiências incríveis em modernos laboratórios, quadras, piscina climatizada, teatro e muito mais. Diferenciais que, só este ano, contribuíram para que nove alunos ficassem em primeiro lugar em concorridos vestibulares do país, incluindo Medicina na UFBA.



Anchieta
Salvador-BA

ANCHIETABA.COM.BR





Fabrício Castro, presidente da OAB-BA

"NOSSA META Nº 1 É REVERTER A CRISE DO JUDICIÁRIO"

O presidente da OAB-BA apresenta os rumos e as diretrizes da nova gestão

Para o presidente da OAB-BA, Fabrício de Castro Oliveira, o enfrentamento da crise do Poder Judiciário na Bahia é o principal desafio da atual diretoria da instituição, de forma a garantir os direitos da população e melhores condições de trabalho para os profissionais da advocacia no estado.

Nesta entrevista, ele faz uma análise da atuação da Ordem dos Advogados no cenário baiano e nacional, do trabalho já feito e a ser realizado para e junto às advogadas e advogados do interior, assim como da atuação na defesa das prerrogativas e outras ações importantes das diversas comissões da instituição. Para ele, a OAB se diferencia de outras entidades corporativas por ser "uma voz constitucional do cidadão" e o momento é de efetiva e marcante atuação da representação baiana dos advogados no estado e no Conselho Federal da Ordem.

Confira esses e outros pontos em uma conversa franca a respeito da gestão, conquistas e metas a serem atingidas pela OAB na Bahia.

Um novo ciclo se iniciou na gestão da OAB-BA. Qual é o "carro-chefe" desse trabalho à frente da Diretoria para este mandato?

Uma gestão de OAB tem várias frentes, que tem foco na pauta da advocacia e, por isso, precisa fazer diversos enfrentamentos. Temos como pontos fundamentais enfrentar a crise de eficiência do Poder Judiciário, empreender a defesa das nossas prerrogativas profissionais e a valorização da advocacia.

Nós precisamos contribuir para que a Bahia tenha uma Justiça melhor. A advocacia na Bahia hoje tem muitas dificuldades, principalmente porque o Judiciário tem

um funcionamento ruim, porque não temos juízes, porque não temos servidores, porque, ao invés de ampliar o acesso à justiça, aqui o Judiciário fecha comarcas. Um compromisso para esse triênio é sermos efetivos na luta pela construção de uma Justiça melhor e mais eficiente, que possa melhorar a vida das pessoas e o exercício da advocacia na Bahia.

Outro compromisso é sermos efetivos também na luta em defesa das nossas prerrogativas profissionais e pela valorização da advocacia. Nós temos conquistas importantes a serem consideradas. Criamos a Câmara de Prerrogativas, que acelerou a tramitação dos processos e a execução dos desagravos públicos de advogados e advogadas, da capital ou do interior do estado. A câmara agora integra nosso sistema de defesa de prerrogativas, junto com a Comissão de Direitos e Prerrogativas, que faz o primeiro enfrentamento às violações, inclusive em plantões 24 horas, em fins de semana e feriados, e a Procuradoria de Prerrogativas, que cuida das providências legais que cada caso recebe.

Já conseguimos dar maior celeridade nos registros de constituição e alteração das sociedades de advogados e realizamos uma mudança alterando a estrutura do Tribunal de Ética e Disciplina (TED), além de uma correição, para que os processos éticos da OAB passem a tramitar cada vez com mais celeridade e eficiência.

A OAB da Bahia também está investindo no fortalecimento da governança, transparência e eficiência na gestão, visando a adequada utilização dos recursos e melhor prestação de serviços à advocacia e à sociedade. Por este motivo, a OAB-BA contratou este ano os serviços da empresa Deloitte e iniciou um projeto de consultoria com a finalidade de realizar o planejamento estratégico da Seccional e obter um diagnóstico da atual situação da gestão da Ordem. A Deloitte é uma empresa global que oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores.

Como está o ânimo da nova Diretoria para enfrentar tantos desafios?

Nosso ânimo é o melhor possível. Eu, a vice-presidente Ana Patrícia Dantas Leão, a secretária-geral Marilda Miranda, o secretário-geral adjunto Maurício Leahy e o tesoureiro Hermes Hilarião já chegamos ao mandato em um clima de grande união. Ao lado das comissões e das subseções por todo o interior temos o compromisso de não medir esforços para realizar um trabalho o mais eficiente possível a favor da nossa classe e fazer os enfrentamentos necessários sempre com serenidade e firmeza.

Por falar em enfrentamentos, como a OAB da Bahia enfrentou a resolução do Tribunal de Justiça que restringia o acesso da advocacia aos magistrados?

O Tribunal de Justiça, sem ouvir a advocacia, editou um ato arbitrário que dificultaria o atendimento dos advogados baianos pelos magistrados, violando nossas prerrogativas. E para a OAB as prerrogativas profissionais da advocacia são inegociáveis. Então nós não aceitamos essa medida e acionamos a nossa Procuradoria, que ingressou com uma ação no Conselho Nacional de Justiça (CNJ), acompanhada pelo Conselho Federal, contra a Resolução n. 8/2019 do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA), que limitava o atendimento dos advogados, “mediante prévia solicitação e anuência do magistrado”, nos gabinetes e secretarias.

Após a Seccional recorrer ao CNJ, o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, determinou que tal resolução do TJBA, não pode proibir o atendimento a advogados. O corregedor nacional ressaltou que a interpretação adequada que se deve dar à resolução é a de que “os advogados terão o direito de serem atendidos pelo magistrado, independentemente de agendamento prévio, mas observando-se a ordem de chegada e durante o horário de expediente forense”.

Foi uma importante vitória para a advocacia baiana que confirmou a posição da OAB de que regras internas dos tribunais não podem se sobrepor à legislação vigente, nem muito menos desmerecer quem é, pela Constituição Federal, indispensável à administração da Justiça. Não existe hierarquia entre magistrados e advogados, e o atendimento aos advogados pelos juizes não é favor, mas dever legal.

Para fiscalizar a aplicação da decisão do CNJ, nós intensificamos as blitzes da Comissão de Prerrogativas e pedimos aos advogados e advogadas que não forem atendidos para nos informarem, para que a OAB-BA faça a representação e o TJBA, ciente da irregularidade, adote a medida disciplinar cabível.

Como está, na sua avaliação, a situação do Judiciário baiano em relação à eficiência do Primeiro Grau e do Segundo Grau de jurisdição?

Quando o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) começou

a fazer inspeções nos tribunais para avaliar a qualidade do Poder Judiciário pelo país, a Bahia tinha um Segundo Grau ruim. Porém, de lá para cá, hoje nós podemos dizer que o Segundo Grau melhorou bastante. Entretanto, enquanto o Segundo Grau de jurisdição melhora, o Primeiro Grau piora visivelmente. Então nós precisamos com urgência de soluções para o Primeiro Grau da Bahia, que está muito ruim, está em colapso.

Nós temos um déficit de cerca de 300 juizes e 10 mil servidores no estado, segundo o último relatório Justiça em Números, do Conselho Nacional de Justiça. Temos muitas comarcas sem juiz, com número de servidores insuficiente e várias comarcas desativadas. E a resposta do TJBA para essa crise tem sido o fechamento sistemático de comarcas no interior do estado. Tivemos 93 comarcas desativadas na Bahia desde 2012, contando as 18 desativadas esse ano.

Então o a Justiça de Primeiro Grau no nosso estado está encolhendo, está caminhando para trás e nós precisamos fazer um investimento muito grande para dar à Bahia um Primeiro Grau digno, capaz de efetivamente entregar justiça a quem precisa de justiça.

Nós entendemos que as dificuldades que os advogados e as advogadas enfrentam no dia a dia são muito provocadas por essa crise maior, sistêmica, que hoje é a causa da ineficiência do Poder Judiciário. Se o Estado não tem juizes, não tem servidores, se não tem as condições necessárias para oferecer uma Justiça eficiente, isso acaba causando um problema maior lá na ponta. É por isso que os profissionais enfrentam uma série de problemas no dia a dia que atrapalham muito o trabalho dos advogados e das advogadas e causam sérios prejuízos ao exercício da nossa profissão, inclusive com a violação das prerrogativas.

Então, colaborar para resolver a crise do Judiciário, especialmente no Primeiro Grau de jurisdição, é a nossa prioridade. E temos atuado com firmeza no sentido de defender a priorização do Primeiro Grau. Lembro inclusive que a OAB conseguiu junto ao CNJ impedir o aumento de mais 9 desembargadores justamente porque tal medida afronta e é contraditória com a determinação de priorizar o Primeiro Grau.

O que a OAB pode fazer para ajudar a reduzir esse déficit de magistrados e servidores?

O TJBA atingiu o limite prudencial, ou seja, o limite de despesas com pessoal. Significa que o tribunal não pode aumentar as despesas com contratações de juizes e servidores. Hoje, quando um juiz ou um servidor se aposenta, para efeito de cálculo, permanece nas contas do Judiciário baiano. Com isso, quando se aposentam dez juizes, por exemplo, o Tribunal, embora não seja responsável pelo pagamento desses inativos, não pode contratar outros dez juizes porque o seu orçamento já está comprometido.

O que a OAB da Bahia quer é que o déficit de juizes e ser-

vidores da Justiça baiana seja preenchido, porque o compromisso da OAB é com a eficiência da prestação jurisdicional, porque isso melhorará a vida do advogado, que poderá exercer sua profissão e auferir sua justa remuneração. E também para benefício do cidadão, hoje muitas vezes vilipendiando dos seus direitos porque a Justiça não consegue responder com celeridade.

Neste sentido, em abril deste ano, o Conselho Pleno da OAB da Bahia julgou inconstitucionais os gastos com pessoal inativo do Tribunal de Justiça do Estado Bahia (TJBA). O parecer assinado pelo vice-presidente da Comissão de Estudos Constitucionais, Pedro Caymmi, foi aprovado por unanimidade e ressaltou que o fato da remuneração dos inativos do Judiciário entrar na folha do TJBA afronta diversas normas do Direito Financeiro. Dentre eles: o conteúdo próprio da Lei de Diretrizes Orçamentárias, a Lei Complementar de Normas Gerais de Direito Financeiro, além de distorcer os cálculos de despesas com inativos para fins de apuração do limite de gastos com pessoal.

Ainda, segundo o parecer, o fato de o Judiciário estar com o ônus dos gastos com os inativos, embora o Poder Executivo mantenha-se detentor das receitas previdenciárias e fontes pagadoras dos benefícios, repercute diretamente para o ingresso do Judiciário no limite prudencial instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal, impedindo a contratação de magistrados e servidores.

A decisão do conselho e o parecer da comissão baiana foram encaminhados à OAB Nacional, que em maio deste ano, em sessão do Conselho Federal, também reconheceu a inconstitucionalidade no pagamento dos servidores e magistrados inativos do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e, após parecer semelhante da Comissão Nacional de Estudos Constitucionais, propôs, atendendo à solicitação da nossa Seccional, uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF).

Estamos confiantes que o acolhimento da tese defendida pela OAB trará, como resultado, a redução do comprometimento contábil do TJBA e demais tribunais estaduais, e uma consequente folga orçamentária que permitirá a contratação de mais juízes, servidores e talvez até a reativação das comarcas desativadas no estado.

Temos, também, insistido para o que o TJBA faça uma análise na quantidade de cargos de confiança que tem. Diante do problema orçamentário que é evidente, impõe-se que o Tribunal “corte na carne” nos seus gastos, permitindo assim mais investimento naquilo que efetivamente vai contribuir para superar a crise de eficiência da Justiça baiana, que é a contratação para provimento de todos os cargos de juízes e servidores.

E na defesa das prerrogativas profissionais da advocacia, o que tem sido feito?

Seguimos combatendo sem trégua as violações de preroga-

tivas profissionais da advocacia. E a novidade é que em março deste ano tivemos a primeira sessão da Câmara de Direitos e Prerrogativas, que foi criada em fevereiro na primeira sessão do Conselho Pleno da nossa gestão. Trata-se do cumprimento de um compromisso de campanha muito significativo para a classe. Com a instalação da câmara, as questões referentes às prerrogativas ganharam mais agilidade e maior grau de especialização, pois numa câmara exclusiva podemos discutir com mais profundidade os assuntos.

Eu penso que o maior avanço que a nova Câmara de Direitos e Prerrogativas trouxe diz respeito aos processos de desagravos, que agora têm maior celeridade tanto nos julgamentos quanto na execução, beneficiando a OAB-BA e a advocacia, pois o desagravo cumpre um importante papel na valorização do profissional que teve sua prerrogativa violada e também ajuda na prevenção de novos casos.

Com a nova Câmara, nós fortalecemos ainda mais o nosso sistema de defesa de prerrogativas, que conta ainda com Comissão de Direitos e Prerrogativas, que faz o primeiro enfrentamento das violações, com plantões 24 horas para casos graves, inclusive nos sábados, domingos e feriados, além de blitz de prerrogativas na capital e no interior, e a Procuradoria de Prerrogativas, criada na gestão passada, que dispõe de um corpo de procuradores para cuidar das providências legais necessárias a cada caso, profissionalizando o combate às violações.

Nessa gestão temos um número recorde de desagravos aprovados e realizados tempestivamente. Isso é muito importante, pois não só o colega agravado, mas toda classe e até a comunidade passa a sentir mais respeito pela advocacia e pela própria OAB.

Os advogados do interior vêm sofrendo com o fechamento de comarcas, como o problema está sendo enfrentado nesta gestão?

Apenas dois anos após a desativação de 33 comarcas, uma decisão que reduziu o acesso de tantos cidadãos baianos à Justiça, o pleno do Tribunal de Justiça voltou a aprovar, no final do mês de julho, a desativação de mais 18 comarcas. Com estas, já são 93 comarcas desativadas na Bahia desde 2012.

Nós entendemos que estes fechamentos desrespeitam a Constituição Federal, que prevê o acesso à Justiça como

“As dificuldades que a advocacia baiana enfrenta no dia a dia são, em grande parte, provocada por uma crise maior, sistêmica, que hoje é a causa da ineficiência do Poder Judiciário no estado”

um direito fundamental e de todos, e também a Constituição do Estado da Bahia, que determina que a cada município corresponderá uma comarca.

A OAB-BA fez uma campanha contra a extinção das comarcas utilizando outdoors e mídias sociais. Fomos à Assembleia Legislativa e nos reunimos com o presidente da casa, Nelson Leal, e diversos deputados, em busca de apoio para a manutenção das comarcas, e ingressamos com ação na Justiça Federal. Nós não aceitamos estes fechamentos e por isso judicializamos a questão, que está na Justiça Federal.

Nós discordamos da forma como os critérios do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para extinção de comarcas foram aplicados. Não é admissível que comarcas que estão sem juiz há três, quatro, cinco anos tenham entrado na lista por falta de movimentação processual. Ora, tais comarcas estão sem processos exatamente por estarem sem juízes. Não se trata de ausência de demanda, pois o cidadão está deixando de

postular por seus direitos violados, caracterizando um quadro de ausência da prestação jurisdicional. Essas comarcas precisam de juízes, não de extinção.

Entendemos também que é contraditório que o Tribunal de Justiça desative novas comarcas no momento em que realiza concurso para 50 vagas de juiz substituto. E mais ainda

quando defende o aumento do número de desembargadores, quando é notório que quem precisa melhorar é o Primeiro Grau, e não o Segundo, conforme determinação do próprio CNJ, que inclusive deferiu liminar postulada pela OAB-BA proibindo o tribunal baiano de criar mais nove cargos de desembargadores.

Não entendemos ainda qual a razão de se fechar comarcas que orçamentariamente são superavitárias mesmo diante das dificuldades decorrentes da falta de juiz e servidores.

Todos sabemos que o TJBA tem problemas orçamentários e precisa ter prioridades, mas essa prioridade não pode ser o fechamento de unidades judiciais, que afasta a Justiça do cidadão.

A OAB-BA realizou este ano mais uma eleição direta da lista sêxtupla do Quinto Constitucional. E foi a maior votação do Quinto da história da Seccional, com 12.450 votantes, o equivalente a 49,4% dos advogados aptos, mais que o dobro dos 5.330 votantes de 2015. A que o senhor atribui essa participação recorde?

A OAB defende valores, entre os quais um dos mais re-

levantes é a democracia. A consulta direta à classe, que transfere do Conselho Pleno para toda a advocacia baiana o poder e a responsabilidade de escolher a lista sêxtupla do Quinto Constitucional, demonstra o grau de democratização interna da OAB.

Nesse último Quinto, escolhido em fevereiro, tivemos uma participação recorde da classe, o que revela o interesse dos colegas e também a aprovação quanto ao sistema de votação. A consulta direta à advocacia baiana para composição da lista sêxtupla do Quinto Constitucional é um avanço que não admite mais retrocessos.

No mês de abril o Pleno do Tribunal de Justiça definiu a lista tríplice do Quinto Constitucional, que foi enviada ao governador Rui Costa. A escolha do novo desembargador do Quinto pelo governador tem demorado além do esperado, mas esta escolha acontece dentro do tempo determinado pelo próprio governador.

“ Nossa gestão começou incentivando o aumento da participação dos jovens advogados, aprovando, em sessão do Conselho Pleno realizada em março, uma mudança no regimento que derrubou a cláusula de barreira no âmbito das comissões da Seccional”

E sobre a jovem advocacia? Como a OAB-BA está lidando com esse desafio permanente para quem ingressa na profissão?

A jovem advocacia da Bahia tem um espaço conquistado na Ordem que é de suma importância. E nossa gestão já começou incentivando o aumento da participação dos jovens advogados na OAB.

Em sessão do Conselho Pleno realizada em março, a OAB-BA aprovou uma mudança no regimento que derrubou a cláusula de barreira no âmbito das comissões da Seccional. Atualmente, o jovem advogado já pode integrar todas as nossas comissões. Porque nós entendemos que a advocacia fica mais forte com a participação do advogado, e a jovem advocacia hoje representa mais de 50% da categoria.

Manteremos também a mesma política de descontos progressivos nas mensalidades para os profissionais com até cinco anos de atividade, além de descontos de 50% nas inscrições para todos os eventos da Ordem. Enfim, nós estamos ao lado da jovem advocacia, queremos os jovens advogados dentro da OAB-BA e vamos trabalhar muito para o fortalecimento deles.

A jovem advocacia tem hoje diversos cursos promovidos pela Escola Superior de Advocacia (ESA) especialmente voltados para este segmento, além de outros eventos. Em parceria com a ESA, o Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA) está promovendo audiências simuladas presenciais e on-line para todo o estado. As audiências si-

muladas presenciais acontecem na sede da ESA, enquanto que os inscritos no curso online recebem por e-mail o link para assistir ao vivo a audiência.

O CCJA está promovendo também este ano, em parceria com a ESA e o Instituto Baiano de Direito Processual Penal (IBADPP), o Campeonato de Júri Simulado, que aconteceu nos dias 29 e 30 de agosto. O objetivo é enriquecer a formação do jurista na área das ciências criminais, possibilitar o contato com as instituições jurídicas que farão parte do mundo profissional e o aprimoramento do estudo das diversas escolas do pensamento jurídico, além de estimular o desenvolvimento da oratória e argumentação jurídica.

A OAB-BA tem se posicionado fortemente em vários temas de interesse da jovem advocacia, em nível institucional. Vamos investir em ações no sentido de garantir o piso salarial junto ao governo do estado, nós ainda aguardamos uma definição do governador e é inaceitável essa demora dele em resolver a situação do piso. Nós vamos continuar cobrando isso.

Os avanços da jovem advocacia baiana e do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia e o prestígio da Bahia no Conselho Federal garantiram ao nosso estado distinção de organizar e sediar o IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste, que reuniu mais de 4 mil participantes

entre os dias 07 e 09 de agosto, no Fiesta Hotel da Bahia, em Salvador, para discutir temas relevantes. O encontro contou com 80 palestrantes, expositores, debates e uma feira de empreendedorismo jurídico.

E quanto ao Exame de Ordem, qual a sua avaliação?

O Exame de Ordem é indispensável. Hoje vemos uma grande crise na formação do advogado. Desde o governo Fernando Henrique Cardoso, passando por todos os governos e até o atual, a política para liberar a criação de cursos jurídicos é abominável, é um verdadeiro estelionato educacional. Hoje temos uma quantidade imensa de cursos de direito e o resultado são cursos de baixa qualidade, que não formam advogados, mas bacharéis. Para ser advogado, o profissional tem que ter uma formação mínima, essa é uma garantia para a sociedade e é por isso que a nossa gestão está enfrentando, junto com o Conselho Federal, o problema das faculdades que prestam serviços de má qualidade. A OAB também vai lutar sempre pelo Exame de Ordem, para garantir um mínimo nível aceitável para o exercício da advocacia.

No mandato passado o senhor atuou como conselheiro federal da Ordem. Como é que está agora a participação



de baianos no Conselho Federal da OAB?

Nós estamos em um momento muito interessante da Bahia no Conselho Federal. Primeiro, pela posição alcançada por Luiz Viana, grande quadro da advocacia brasileira e que honra a Bahia servindo na vice-presidência nacional da OAB, o que dá muita força nas nossas lutas.

Não tenho como deixar de destacar também a figura de Daniela Borges na Comissão Nacional da Mulher. Ela foi tesoureira da Seccional e já tem chamado a atenção em Brasília pela eficiência no trabalho.

Os conselheiros federais baianos Antônio Adonias Bastos, Carlos Medauar Reis, Ilana Campos e Ubirajara Ávila também já vêm se destacando em Brasília, além de termos vários baianos integrando comissões nacionais.

Nós temos exercido um papel de destaque no cenário nacional e isso é o que nos dá força. Vejam que nós conseguimos reconduzir o conselheiro baiano André Godinho para mais um mandato no Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Isto é muito importante para a Bahia, esta é uma representação que nos dá uma força política muito grande, uma referência importante. Então, hoje eu não tenho dúvida de que a Bahia tem um papel diferenciado na OAB nacional e que crescerá ainda mais.

Durante sua campanha, o senhor prometeu mais eficiência e agilidade nos serviços prestados à advocacia pela OAB. Já há algum resultado neste sentido?

Sim. Seguimos firmes no propósito de entregar à classe aquilo que a advocacia baiana merece e já conseguimos agilizar bastante a homologação de novas sociedades de advogados, que é algo de grande relevância para a categoria.

Graças à implantação de um sistema de plantões na Comissão de Sociedades de Advogados, presidida pelo colega Ricardo Dantas, o andamento dos processos relacionados às sociedades está bem mais ágil e eficiente. Hoje, em uma semana, é possível dar entrada e obter a autorização da Ordem para o funcionamento de um novo escritório de advocacia na Bahia.

Atualmente são recebidos e despachados, semanalmente, entre 40 e 50 processos na comissão, que dizem respeito a registro de novas sociedades, alteração, contratos e distratos de advogados associados, etc.

Com a mudança, se estiver corretamente instruído com a documentação necessária, um processo tramitará durante uma semana na Comissão de Sociedades de Advogados, até que o requerente obtenha o seu registro devidamente averbado.

Ainda visando eficiência e agilidade, sua gestão também implementou mudanças no Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da Seccional. O que mudou?

Até o ano passado, os processos disciplinares tinham sua instrução conduzida pelo Conselho Seccional, enquanto o TED recepcionava os processos apenas na fase de julgamento. Como os conselheiros seccionais atuam em várias frentes, dando cumprimento às diversas finalidades da OAB, a exemplo de comissões, procuradorias, câmaras, entre outras, a atividade de instruir os processos disciplinares ficava muitas vezes comprometida, acarretando um excessivo tempo de duração desses processos.

Em março deste ano, seguindo nosso compromisso em dar mais celeridade aos feitos, o Conselho Seccional deliberou pela alteração do Regimento Interno da OAB-BA, transferindo ao TED também a fase instrutória dos processos.

Para dar conta de tanto trabalho, houve um aumento de cinco para nove turmas julgadoras, praticamente dobrando a quantidade de integrantes, e o TED passou a ter duas sessões de julgamento por semana. A expectativa é que os processos disciplinares passem a ser julgados com muita celeridade.

Em 15 de março último, a Corregedoria Geral da OAB-BA determinou a realização de correição em todos os processos do TED. Foi montada uma força tarefa integrada pela assessoria da Corregedoria Geral, membros do Conselho

e integrantes do TED, que em 30 dias de intenso trabalho, inclusive aos sábados, revisitou 6.358 processos disciplinares, analisando o andamento de cada um e fazendo todos os encaminhamentos necessários. Todos os processos pendentes no Conselho passaram pelo mutirão.

E as ações em prol da mulher advogada na Bahia?

Temos duas comissões fortes na OAB-BA, uma em defesa dos direitos da mulher e outra especificamente da mulher advogada, comandadas por Renata Deiró e Daniela Portugal. E a participação efetiva e permanente de mulheres nos espaços da Ordem, como Ana Patrícia Dantas na vice-presidência, Thaís Bandeira dirigindo a Escola Superior de Advocacia (ESA), Simone Neri presidindo o Tribunal de Ética, Mariana Oliveira como procuradora-geral da OAB-BA, Ilana Campos e Daniela Borges no Conselho Federal, com Daniela presidindo inclusive a Comissão Nacional da Mulher Advogada, entre diversas outras colegas bastante atuantes.

O nosso Conselho Seccional hoje é paritário, com 50% de mulheres, isso é um diferencial. Enfim, este campo nos dá uma grande tranquilidade porque nós temos uma quan-

“ O nosso Conselho Seccional hoje é paritário, com 50% de mulheres, isso é um diferencial. (...) A OAB-BA é uma Seccional de vanguarda em termos da participação feminina ”



Posse do Tribunal de Ética e Disciplina da OAB-BA

tidade significativa e uma qualidade muito grande com mulheres atuando e defendendo as bandeiras da advocacia. A Bahia é uma Seccional de vanguarda em termos da participação feminina.

Quanto às comissões da OAB-BA na sua gestão, como está o planejamento e execução deste trabalho?

As comissões são o coração da OAB. Nossa instituição pulsa de acordo com o trabalho das comissões. Os grandes temas da Ordem nascem e são desenvolvidos no âmbito das comissões. Nós designamos para coordenar o trabalho das comissões um grande conselheiro, que é Adriano Batista, também responsável pela Comissão de Defesa das Prerrogativas. Eu tenho a convicção que ele, juntamente com os presidentes das comissões, fará neste triênio um grande trabalho e honrará as expectativas da advocacia baiana.

A Ordem na Bahia hoje conta com 36 Subseções e a Diretoria passada, a qual o senhor também integrava, fez um trabalho bem intenso no interior do estado. Como a atual Diretoria pretende desenvolver as ações para a advocacia nos municípios baianos?

A valorização da advocacia no interior do estado é um movimento que não admite retrocesso. Nós sempre valorizamos a advocacia no interior e iremos valorizar cada vez mais.

No mês de junho nós inauguramos a nova sede da OAB de Camaçari e continuaremos com o programa para dar cada vez melhor infraestrutura às Subseções, equipar as sedes.

Vamos intensificar bastante a atuação da Escola Superior de Advocacia no interior, com a oferta de cursos e ou-

tras formações. Inclusive estamos lançando cursos de pós-graduação e também uma plataforma de cursos on-line, que certamente levarão a prestação de serviços da ESA à advocacia a um patamar muito mais elevado.

A Caixa de Assistência, liderada por Luiz Coutinho, seguirá fazendo um trabalho que atenda também plenamente as demandas do interior. O interior passou a ter vez e voz e na nossa gestão continuará sendo bem atendido. Não podemos também deixar de citar as salas para a advocacia que a OAB construiu e entregou nos fóruns, como a Sala da Advocacia inaugurada no Fórum Augusto Teixeira de Freitas, em Cachoeira, no último dia 12 de agosto. São espaços confortáveis e bem estruturados, com equipamentos modernos, mobiliário e acesso à internet, facilitando muito a atividade profissional dos nossos associados.

Para encerrar nossa entrevista, que mensagem o senhor deixa para os advogados e advogadas da Bahia?

Advogar é combater o bom combate. E é isso que o momento atual exige de nós. No nosso dia a dia são muitas as dificuldades, principalmente diante da crise do Poder Judiciário. Mas se os desafios são grandes, maior ainda é a nossa força. Por isso, minha mensagem é de união e também de esperança. Porque se a nossa vocação é defender os direitos e a liberdade, o nosso destino é vencer as batalhas que a vida coloca em nosso caminho. Por isso, convido a todos, advogados e advogadas, a aproximarem-se mais da nossa instituição. Somos nós que fazemos a OAB. E quanto mais unidos estivermos, mais batalhas venceremos! ◀

TJBA

NÃO TEM RECURSOS
PARA COMARCAS
MAS TEM PARA MAIS
DESEMBARGADORES



PRIORIDADE É O PRIMEIRO GRAU!

O TJBA anunciou recentemente a desativação de 18 comarcas no interior. Ao todo, já são 93 comarcas desativadas nos últimos cinco anos, e vão restar apenas 187 comarcas ativas. A justificativa é a falta de recursos financeiros. No entanto, o Tribunal quer aumentar o número de Desembargadores. A OAB já conseguiu liminar no CNJ porque a prioridade tem que ser o primeiro grau. E vamos continuar lutando para melhorar o Judiciário baiano.





Diretoria da OAB-BA: Hermes Hilarião (tesoureiro), Marilda Sampaio (secretária-geral), Fabrício Castro (presidente), Ana Patrícia Dantas Leão (vice-presidente) e Maurício Leahy (secretário-geral adjunto)

UNIÃO PARA VENCER OS DESAFIOS

OAB-BA tem nova Diretoria unida e motivada para trabalhar

Eleita em novembro de 2018 para o triênio 2019-2021, a atual Diretoria da Seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) tomou posse em 1º de janeiro deste ano com um propósito destacado pelos integrantes: trabalhar de forma integrada em prol da advocacia baiana. A vitória nas urnas foi expressiva: 13.643 votos – o equivalente a aproximadamente 63% dos votos válidos.

Tendo à frente o presidente Fabrício de Castro Oliveira, a Diretoria é ainda composta por Ana Patrícia Dantas Leão (vice-presidente), Marilda Sampaio (secretária-geral), Maurício Leahy (secretário-adjunto) e Hermes Hilarião (tesoureiro).

Companheiros na lida da advocacia e já trabalhando na defesa dos direitos da classe há vários anos, eles atuaram ativamente nas gestões das Diretoria presididas por Luiz Viana Queiroz (2013-2015 e 2016-2018), participação reconhecida pelos colegas, que entendem a importância de dar seguimento a um projeto que modernizou, democratizou e vem cada vez mais fortalecendo a OAB-BA.

Confira um perfil resumido de cada integrante da Diretoria, advogados comprometidos com a classe e dispostos a contribuir para o equilíbrio e prosperidade da Ordem e de cada advogada e advogado baiano.



FABRÍCIO DE CASTRO OLIVEIRA
PRESIDENTE

O advogado Fabrício de Castro Oliveira, formado pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), iniciou a trajetória na Ordem dos Advogados do Brasil ainda muito jovem, como conselheiro da Seccional baiana. Anos depois, passou a integrar a Diretoria, ao lado do então presidente Luiz Viana Queiroz, no cargo de vice-presidente da OAB-BA, entre 2013 e 2015. No triênio seguinte, representou a Bahia no Conselho Federal da OAB.

Dentre as conquistas deste período destacam-se a criação do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA), em substituição à Comissão do Jovem Advogado, a interiorização da Ordem, destacando o programa de construção e reforma de sedes e salas, bem como o investimento em cursos, além da participação efetiva das mulheres nos espaços de poder e tomada de decisão da Ordem. Fabrício Castro teve participação direta no processo de democratização e abertura da OAB na Bahia para a sociedade.

Ele tem atuado ativamente no enfrentamento da crise do Judiciário e na defesa das prerrogativas da advocacia e foi decisivo para a criação da Procuradoria e do Plantão de Prerrogativas, com o pleno fortalecimento da Comissão de Prerrogativas, que passou a realizar blitzes e caravanas por todo o estado.

Em 2018, foi eleito presidente da OAB-BA e vem dando seguimento ao trabalho de fortalecimento e valorização da classe. Ainda no primeiro semestre da gestão foi criada

a Câmara de Prerrogativas, medida que tornou possível realizar desagravos em tempo recorde, dobrou o número de turmas do Tribunal de Ética e Disciplina e, graças aos plantões da sociedade de advogados, hoje a tramitação de um processo de abertura de escritório leva cerca de uma semana. Com Fabrício Castro, também foi empossada a primeira Defensoria Geral da história da Seccional.

ANA PATRÍCIA DANTAS LEÃO
VICE-PRESIDENTE

A Ana Patrícia Dantas Leão é formada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal da Bahia (Ufba), com especialização em Direito Processual Civil, pela Fundação Faculdade de Direito da Bahia. Nascida em Salvador-BA, Ana Patrícia acredita na advocacia como um meio de transformação social e defesa permanente das premissas do Estado Democrático de Direito.

E foi por acreditar que a Ordem dos Advogados do Brasil e a advocacia têm papel fundamental para o avanço e consolidação de uma sociedade livre, justa e solidária, que iniciou, em 2013, a atuação institucional, contribuindo em um projeto de valorização da advocacia e da mulher advogada.

Foi conselheira estadual da OAB-BA e vice-diretora da Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESA) no exercício de 2013-2015, e vice-presidente da OAB-BA no exercício 2016-2018.

Pela ESA, ela teve a oportunidade de participar do projeto de interiorizar os serviços da escola, levando os cursos de formação continuada e todos os demais projetos para as Subseções do estado. Com isso, foi iniciado o processo de



uniformização dos serviços disponibilizados pela ESA para toda a advocacia baiana, na capital e no interior.

Também no período, Ana Patrícia viveu o desafio de preparar a advocacia da Bahia para a vigência do Novo Código de Processo Civil (CPC). A ESA foi o órgão institucional da OAB responsável por disponibilizar para a classe cursos de formação de alta qualidade e baixo custo, sob a orientação de nomes de ponta no mundo jurídico, um trabalho extraordinário e inovador, com resultados muito positivos.

Neste segundo mandato como vice-presidente da OAB-BA, o grande desafio para ela é contribuir com a união da advocacia, fortalecimento da consciência quanto à necessidade de defesa dos limites éticos no exercício profissional e enfrentamento propositivo da crise do Poder Judiciário.

MARILDA SAMPAIO **SECRETÁRIA-GERAL**

Marilda Sampaio de Miranda Santana é natural da cidade baiana de Miguel Calmon, localizada no Piemonte da Chapada Diamantina. Sempre faz questão de destacar que é uma “catingueira, nascida sob o sol forte e pujante do Sertão”. Marilda diz carregar em si o espírito do sertanejo, “que, antes de tudo, é um forte”. Graduada em Direito pela Universidade Federal da Bahia (Ufba), é especialista em Direito Civil e Processo Civil.

Em 2012, Marilda foi eleita presidente da Subseção da OAB em Jacobina. Quebrando paradigmas, ela foi a primeira mulher a ocupar o cargo na OAB em Jacobina, após 34 anos de fundação da Subseção, sendo reconduzida em 2016.

Para ela, a atuação na atual Diretoria representa a força da advocacia do interior da Bahia, tendo como meta na Secre-

taria-Geral prestar um serviço de qualidade aos associados, para que se sintam cada vez mais acolhidos, com um atendimento de excelência, e atenção ao advogado e advogada do interior que se deslocam para a capital. Outra meta é a atualização cadastral da advocacia baiana para levantamento dos dados do número de inscritos na OAB-BA.

Marilda defende a participação ativa da mulher advogada no Sistema OAB, o fortalecimento das prerrogativas e a luta incansável pela melhoria do Judiciário, além de uma política institucional voltada para uma gestão valorativa do quadro de pessoal da Ordem, com uma integração participativa entre todos os elementos e partes, gerando um ambiente saudável e harmonioso.

Marilda não tem dúvida de que advogar é a missão dela na vida. “Desde tenra idade, as injustiças sempre afligiram meu coração, pulsava forte, como pulsa até hoje, a sede por justiça”, Ela acredita que a advocacia é um “instrumento de felicidade para quem a exerce”, pela oportunidade de cuidar dos problemas mais relevantes das pessoas, como liberdade, honra e patrimônio. “Ter essa graça é um sonho, um propósito que trazemos na alma! É através da advocacia que se promove o bem comum e garantem-se direitos naturais e sagrados do homem”.

MAURÍCIO LEAHY **SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO**

O advogado soteropolitano Maurício Silva Leahy, formado pela Universidade Católica de Salvador (Ucsal), é o secretário-geral adjunto da OAB-BA.

A relação entre Maurício Leahy e a Seccional baiana começou no ano de 2009, quando ele ingressou como mem-



bro da Comissão dos Jovens Advogados. À ocasião, ele lembra que participou durante pouco tempo das decisões da comissão, uma vez que houve a necessidade de se dedicar às atividades do próprio escritório.

Já em 2015, Leahy se disponibilizou a participar da vida institucional da OAB-BA. “Mande uma mensagem para o presidente Luiz Viana, outra para o vice-presidente Fabrício Castro, dizendo que já estava me sentindo maduro para participar da vida institucional e que submetia meu nome para o crivo deles, caso entendessem que seria relevante de alguma forma”. Ele também fez contato com o presidente da Caixa Assistencial (CAAB) e então foi convidado a compor a Diretoria do órgão, como tesoureiro. “Foi quando eu comecei a respirar mais essa questão da vida institucional”, destaca o advogado.

Leahy conta que, devido ao bom desempenho na CAAB, foi indicado para participar da atual Diretoria, como secretário-geral adjunto. “O que eu tenho feito com muito prazer, compondo essa Mesa Diretora. Estamos com muita vontade de fazer coisas novas e engrandecer cada vez mais a profissão”, garante.

Entre os projetos, ele destaca: “Quero fazer com que exista uma transformação na tramitação dos processos disciplinares, de modo que sejam eletrônicos e que todas as pessoas envolvidas possam peticionar de suas casas, como já fazemos nos processos judiciais”. Na perspectiva da digitalização dos procedimentos internos, o secretário-adjunto pretende implantar processos eletrônicos, “tanto para inscrição de estagiários e advogados como nos processos de inscrição de sociedades e de solicitação de pagamentos”.

Além dessas questões procedimentais, Leahy diz que também trabalhará para a valorização do jovem advogado e pelo combate à violação de prerrogativas. E ainda vê como prioritárias as ações de incremento à própria sede e a participação nos cursos da Escola Superior de Advocacia (ESA) e da CAAB. A ideia, segundo ele, é fazer com que “esse tripé – OAB, Caixa e ESA – funcione de forma cada vez mais integrada e que os advogados sintam prazer em comparecer à nossa estrutura para nos prestigiar e estar mais perto da nossa gestão”.

HERMES HILÁRIO TESOUREIRO

Nascido na pequena cidade de Pindobaçu, no centro-norte baiano, Hermes Hilário Teixeira Neto enaltece a advocacia, ao defini-la como a “profissão das esperanças que, ao longo do tempo, se desenvolveu perto das lágrimas e do choro dos desvalidos”.

É com base nesta perspectiva que, desde o ano de 2013, ele vem trabalhando institucionalmente pela OAB-BA. De lá até o final da gestão do ex-presidente Luiz Viana Queiroz, Hilário construiu importante história na proposição de ini-



ciativas voltadas aos jovens advogados e advogadas. “Tive a sorte de, há seis anos, participar da criação do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia da OAB-BA e de ser o primeiro advogado a exercer a função de Diretor de Relacionamento com o Interior”, conta.

À época, a construção desse conselho possibilitou a criação das Comissões da Jovem Advocacia em todas as Subseções do estado, além do desenvolvimento de um conselho plural, no sentido de conter um ecossistema mais aberto e democrático. “Isso permitiu que toda a advocacia baiana pudesse defender bandeiras e pleitos”, reconhece.

Como representação da diversidade existente nas Comissões da Jovem Advocacia, Hermes compara o perfil dos membros atuais com os de outrora. “Para se ter uma ideia, antes existia na OAB-BA apenas uma Comissão do Jovem Advogado, com 11 membros, todos homens e brancos e sem a participação da advocacia jovem do interior. Hoje, nós temos um Conselho Consultivo da Jovem Advocacia, com a presença de aproximadamente 100 jovens advogados e advogadas, da capital e do interior e de diferentes etnias”.

Agora com o novo desafio de atuar como Tesoureiro, ele revela como uma das prioridades da gestão ampliar a transparência, manter o equilíbrio das contas, “sempre aplicando os recursos de forma responsável”. Sempre comprometido com as pautas da jovem advocacia, Hilário também destaca a luta pela aprovação do piso salarial e o fim da cláusula de barreira. ◀

#LAVA-JATO ✓✓

#VAZA-JATO ✓✓

ANTES DE
DIGITAR,
PENSE
DIREITO.
FAÇA
PÓS BAIANA.

ESTUDE NO MAIOR NÚCLEO DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO DA BAHIA

A Pós Graduação da Faculdade Baiana de Direito é voltada para quem quer aprofundar seus conhecimentos teóricos, práticos, didáticos e técnicos nas diversas áreas do direito. São onze cursos formados por uma equipe de professores de referência nacional. Nosso objetivo é capacitar os alunos para enfrentar os grandes desafios da carreira e da vida de forma crítica e científica, buscando entender todas as partes com responsabilidade e justiça social. Além de qualificar suas discussões e seus argumentos com o que há de mais atual no mercado. Por isso, pensou Direito, pensou Pós Graduação da Faculdade Baiana de Direito.

Agora também com os cursos de Direito Digital, LL.M. Direito Empresarial e Compliance, Governança e Risco.

MATRÍCULAS ABERTAS 

71. 3205-7711
Rua Doutor José Peroba, 123, Stiep
Salvador / Bahia

www.posbaiana.com.br



FACULDADE
BAIANA DE
DIREITO



Posse dos conselheiros federais: Ubirajara Ávila, Carlos Medauar, Luiz Viana (vice-presidente nacional da OAB), Daniela Borges, Felipe Santa Cruz (presidente nacional da OAB), Fabrício Castro (presidente da OAB-BA), Ilana Campos e Antonio Adonias Bastos



FORÇA BAIANA NA CENA NACIONAL

Representantes baianos no CFOAB reforçam a luta pela defesa e garantia das prerrogativas, valorização dos honorários advocatícios e enfrentamento da crise no Judiciário



Luiz Viana (centro) é empossado vice-presidente nacional da OAB, ao lado de Felipe Santa Cruz (presidente nacional da OAB) e Claudio Lamachia (ex-presidente nacional da OAB)

A luta pela garantia do Estado Democrático de Direito é considerada por advogados baianos membros do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) como uma das prioridades da instituição. O vice-presidente do Conselho, Luiz Viana Queiroz, acredita que a gestão liderada pelo presidente Felipe Santa Cruz deve permanentemente se manter atenta às questões ligadas à justiça social e aos direitos humanos – “como já o vem fazendo”, observa ele.

“No exercício da vice-presidência do Conselho Federal da OAB tenho me colocado à disposição do presidente, trabalhando todos os dias lado a lado com Felipe Santa Cruz e com os demais diretores”, conta Luiz Viana. “Os principais desafios da gestão estão realmente ligados à defesa intransigente da democracia e ao combate às desigualdades sociais,

juntamente com a defesa das prerrogativas da advocacia”, diz o vice-presidente.

Luiz Viana Queiroz acredita que a presença de quadros da advocacia baiana na esfera federal de atuação da OAB traz ganhos para o estado. “Nos-

“Nossa presença e voz na perspectiva nacional contribui também para reforçar a defesa da melhoria das condições de trabalho para as advogadas e advogados da Bahia”

Luiz Viana Queiroz

sa presença e voz na perspectiva nacional contribui também para reforçar a defesa da melhoria das condições de trabalho para as advogadas e advogados da Bahia, em uma luta sem tréguas no estado por bandeiras que são de toda a classe, como a defesa e garantia

das nossas prerrogativas, valorização dos honorários advocatícios, enfrentamento da crise no Judiciário, entre outras”, diz ele.

Luiz Viana explica que o Conselho Federal realiza duas sessões fixas por mês – uma de julgamento de processos administrativos pelas Câmaras e Turmas, e outra de julgamento de matérias institucionais pelo Conselho Pleno.

COMISSÃO DE PRECATÓRIOS

Na mesma perspectiva de Luiz Viana, a integrante da Comissão de Precatórios do Conselho Federal da OAB, Ilana Campos, destaca a importância

da OAB seguir lutando pelo direito pleno da sociedade brasileira de ter acesso à Justiça. “Creio que um dos principais desafios da gestão em curso é a luta pela garantia do devido processo legal, do direito ao contraditório e à ampla defesa, previstos



ANDRÉ GODINHO
MINISTRO DO CNJ

UM BAIANO COM VOZ ATIVA NO CNJ

O jurista baiano André Luis Guimarães Godinho, 41 anos, tem reconhecida participação ativa como membro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Atualmente, ele conclui o primeiro biênio do mandato e seguirá para mais dois anos em uma das cadeiras da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no CNJ. “Me sinto honrado com a confiança depositada pela classe, que nos reconduziu para mais dois anos no CNJ”, diz Godinho.

A atuação dele tem sido pauta da busca de um Judiciário mais eficiente, segundo diz, “procurando combater excessos que afrontem os direitos fundamentais dos cidadãos”. Godinho adota postura firme no enfrentamento de desrespeitos, por parte de magistrados e tribunais, às prerrogativas da advocacia, como limitação ao direito de sustentação oral ou indevidas restrições no acesso e atendimento nos fóruns, buscando colaborar para o desenvolvimento de um sistema processual eletrônico cada dia mais inclusivo. “Além disso, vale destacar que nosso papel, mesmo indicado pela OAB, vai além do cuidado com a classe, voltado ao interesse de toda a sociedade. O foco principal deve ser zelar por todos aqueles que procuram o Sistema de Justiça”, observa.

Além das atividades de julgamento, ele tem buscado contribuir com o planejamento do Poder Judiciário, em instâncias como a Comissão Executiva Nacional do Fórum Nacional do Poder Judiciário e Liberdade de Imprensa, a Comissão da Tecnologia da Informação e Infraestrutura, a

Comissão de Gestão Estratégica, Estatística e Orçamento, além do Comitê Gestor da Justiça Restaurativa e o Grupo de Trabalho de Eficiência Judicial e Segurança Pública do Poder Judiciário. “Nossa atuação institucional visa aproximar o planejamento estrutural do Judiciário dos anseios de todos aqueles que buscam a garantia da efetiva, transparente e célere prestação jurisdicional”, explica.

DESATIVACÃO DE COMARCAS NA BAHIA

Godinho diz estar acompanhando “com preocupação” as desativações e agregações de comarcas promovidas pelo Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA): “É certo que a Resolução nº 184/2013, do CNJ, permite que os tribunais adotem medidas necessárias, caso as unidades judiciárias apresentem distribuição processual inferior à 50% da média de casos novos por magistrado do respectivo tribunal. Mas há que se realizar estudo prévio, que não deve estar pautado unicamente nos critérios quantitativos. Também devem ser levadas em conta as especificidades locais, como as relacionadas ao acesso à Justiça”, aponta. Para ele, é preciso que esses temas sejam tratados sempre com “a máxima transparência” e em especial os cidadãos atingidos compreendam as opções estratégicas adotadas.

Como ponto positivo, ele avalia que o TJBA tem investido em tecnologia, com avanços em relação ao Processo Judicial eletrônico (PJe), buscando unificar todos os sistemas processuais: “Tais esforços, somados a outras iniciativas traçadas pelo Tribunal, coordenadas pelo presidente Ge-

sivaldo Britto, e a corregedora Lisbete Maria Teixeira, demonstram que há alinhamento com as diretrizes do CNJ e foco em uma prestação jurisdicional cada vez mais efetiva no estado”.

Pensando no que ainda pode ser melhorado em nível nacional, André Godinho entende que é preciso que as instâncias da Justiça busquem se aproximar dos cidadãos.

Com esse propósito, ele conta que no mês de agosto foi realizada a 2ª Reunião Preparatória do XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário, quando o CNJ consolida e apresenta propostas de metas nacionais dos segmentos de Justiça para 2020, e divulga dados do Relatório Justiça em Números 2019 (ano-base 2018), com respectivo debate dos resultados.

FUTURO DA ADVOCACIA

Sempre que convidado, Godinho se disponibiliza para falar em eventos para jovens advogados, como ocorreu em Salvador, em encontro da OAB-BA no mês de agosto. “Faço isso com muito prazer”, garante o conselheiro, que diz ter observado crescente interesse dos colegas mais jovens pelos rumos das diversas instituições que compõem o sistema jurídico do país, em especial a Ordem dos Advogados do Brasil.

“Compartilhar nessas ocasiões a nossa experiência como membro do CNJ permite levar à classe uma visão interna do Judiciário, problemas e soluções, o que penso ser fundamental para a formação de um juízo de valor correto sobre aquilo que pode ser aperfeiçoado para o futuro”, conclui Godinho.



Luiz Viana e os conselheiros federais Carlos Medauar e Ilana Campos

constitucionalmente e mitigados por eventuais decisões judiciais equivocadas. A preservação dos direitos humanos contra resquícios de autoritarismo também está em nossa pauta permanente”, explica Ilana.

Ela exemplifica a repercussão local do trabalho do Conselho Federal com o Plano Nacional de Valorização da Mulher Advogada, que segundo ela, “estabeleceu uma série de diretrizes em prol da valorização feminina”, bem como as inovações trazidas pelo Código de Ética, “tais como a advocacia *pro bono*, a permissão de publicidade por meios eletrônicos, o estímulo aos meios extrajudiciais de resolução de litígios e a regulamentação da advocacia pública”.

Em relação especificamente à Comissão de Precatórios, ela conta que é feito o acompanhamento dos projetos de lei e dos julgamentos pelos tribunais superiores, envolvendo qualquer tema relacionado aos precatórios e Requisições de Pequeno Valor (RPV), bem como o acompanhamento de projetos e resoluções do Conselho Nacional de Justiça voltados para esta matéria, “atuando sempre de modo propositivo”.

“Como membro da Comissão Na-

cional de Precatórios, participo das reuniões, das propostas e dos estudos de temas dessa matéria no âmbito administrativo, legislativo e judicial”, revela.

CONTRA AS VIOLAÇÕES

Para Carlos Medauar, outro advogado baiano membro do Conselho Federal, um dos grandes desafios da OAB continua a ser o combate às violações das prerrogativas da advocacia, como forma de garantir o livre exercício do Direito.

Medauar destaca que há muito trabalho a ser feito: “Os trabalhos no Conselho são diários, temos uma longa pauta e as cobranças não param, tanto da advocacia como da sociedade. A direção da OAB está atenta ao momento delicado que vivemos e que exige trabalho e mobilização o tempo todo. Em Brasília e por todo o território nacional, a Ordem está sempre presente defendendo o estado democrático de direito”.

Para ele, o trabalho realizado no Conselho Federal chega na Bahia de uma forma bem marcante. “A presença de Luiz Viana Queiroz como vice-presidente nacional nos faz um esta-

do diferenciado”, salienta. “As conquistas em prol da advocacia chegam aqui com intensidade, por ser o vice nacional um baiano, ex-presidente da Seccional e com relevantes serviços prestados à classe. Vivemos um bom momento e seguiremos defendendo as bandeiras da advocacia brasileira, em especial a inserção dos que estão no início da carreira, os jovens advogados. A defesa do Exame de Ordem e a melhoria do ensino jurídico são também desafios a serem enfrentados”.

ACESSO À JUSTIÇA

O advogado baiano Antonio Adonias Bastos, integrante do Conselho Federal da OAB, preside a Comissão Nacional de Acesso à Justiça. Trata-se de uma comissão permanente que tem a missão de fazer observar os direitos fundamentais garantidores do efetivo acesso à Justiça, tanto no aspecto judicial como fora do Poder Judiciário. “Atuamos voltados para políticas que viabilizem a assistência jurídica às pessoas que dela necessitam, passando por questões que envolvem os critérios para a fixação de custas e outras questões relacionadas ao ingresso de demandas judi-

DANIELA BORGES
CONSELHEIRA FEDERAL DA OAB

LUTA PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER



No início de fevereiro de 2019, a advogada baiana Daniela Borges recebeu uma das missões mais importantes da trajetória pessoal e profissional, quando foi nomeada, pelo presidente nacional da OAB, Felipe Santa Cruz, presidente da Comissão Nacional da Mulher Advogada (CNMA). Ex-diretora tesoureira da OAB-BA na gestão 2016-2018, ela foi eleita conselheira federal da OAB e logo se dispôs a trabalhar da melhor maneira possível. “Recebi esse desafio com muito entusiasmo e confiança e, ao mesmo tempo, com a exata compreensão da responsabilidade que é coordenar as ações do Conselho Federal da OAB voltadas para a mulher advogada e para a mulher na sociedade em todo o país”.

Daniela conta que a Comissão elegu quatro pilares de atuação: defesa das prerrogativas da mulher advogada, enfrentamento da violência contra a mulher, protagonismo da mulher advogada e participação das mulheres na política. Com base nesses eixos, explica a presidente da CNMA, já foram definidas metas e realizadas diversas ações, como o lançamento da Cartilha de Prerrogativas da Mulher Advogada e participação na Caravana Nacional de Defesa das Prerrogativas. “Estamos ainda trabalhando projetos específicos para combater o assédio contra a mulher advogada no exercício da profissão e garantir melhores condições para conciliar a maternidade com a advocacia”, revela.

Ela também destaca a aprovação pelo Conselho Federal da Súmula nº 9, que impede a inscrição na Ordem de bacharéis com histórico de violência contra a mulher. “Sinalizamos que a prática de violência contra a mulher

não coaduna com os valores da OAB e do que se espera daquele que pretende exercer a advocacia, ao mesmo tempo que provoca a discussão do tema pela sociedade”, lembra.

EVENTOS

Dentre as ações para combater a violência contra a mulher, a CNMA realizou, no dia 27 de agosto, um evento para discutir aspectos polêmicos da Lei Maria da Penha. Em maio, outro evento debateu violência obstétrica. “E temos um projeto para mapeamento da rede de enfrentamento da violência familiar e doméstica contra a mulher em todo o Brasil”, acrescenta. No mês de março, a campanha Voz Ativa chamava as advogadas para o protagonismo da luta por igualdade e um projeto já em fase de elaboração prevê a publicação de uma obra com artigos jurídicos escritos apenas por advogadas.

No campo da participação da mulher nos espaços políticos, foi lançado o projeto Elas na Política, com debates nas Seccionais e previsão de um grande evento de encerramento no Conselho Federal. “Junto a isso, atuamos na Câmara e no Senado para tratar dos projetos de lei que envolvam normas relativas a participação das mulheres na política”.

Daniela Borges ressalta a importância da integração do trabalho da CNMA com as comissões da Mulher Advogada nas Seccionais. “Já realizamos um colégio com as presidentes das comissões estaduais, em maio, e realizaremos um segundo em setembro. Muitas ações estão sendo pensadas para desenvolvimento em parceria com as representações da mulher advogada nos estados. A CNMA irá rodar todas as

Seccionais nesse triênio”.

Observando o panorama nacional, ela avalia que cada estado tem as próprias particularidades, mas os problemas enfrentados pelas mulheres em geral, e pelas advogadas especificamente, são muito parecidos: assédio, machismo institucional, número alarmante de violência doméstica e familiar, muitas vezes culminando com o feminicídio. “E, no caso das advogadas, ainda o desconhecimento e violação das prerrogativas da mulher advogada”, lamenta.

Daniela reconhece os desafios a serem superados, mas acredita que a experiência com o trabalho na Seccional baiana é um trunfo. “A OAB-BA é vanguarda, não apenas nas ações em prol da mulher advogada e da mulher na sociedade, mas também na presença de mulheres no sistema OAB. Fabrício Castro e Luiz Viana conseguiram um feito inédito na Bahia: um Conselho Seccional com paridade, 50% de homens e 50% de mulheres. Isto já começa a ocorrer também em nível nacional, hoje somos 39 conselheiras federais”.

SAÚDE

Uma ação com apoio da Coordenação Nacional das Caixas de Assistência dos Advogados (Concad) foi lançada em março deste ano, voltada para o trabalho de cuidados com a saúde da mulher advogada.

Para Daniela, o projeto Concad Mulher, que destina políticas exclusivas às advogadas amparadas pelas Caixas de Assistência, “torna mais perceptível a mudança de paradigma na OAB e na advocacia, pois o que queremos é que as diferenças não sejam justificativas para a desigualdade”.



Antonio Adonias Bastos



Ubirajara Ávila

ciais”, explica Adonias.

Uma das frentes da comissão é combater o valor excessivo de custas processuais praticados por tribunais. O trabalho, realizado em parceria com o CNJ, visa ao estabelecimento de critérios para a fixação dessas custas que, explica o conselheiro, “muito caras tornam-se um impeditivo para o ajuizamento de ações. Muita gente não tem como pagá-las, daí simplesmente os conflitos não são levados ao Judiciário, criando uma demanda reprimida de litígios na sociedade. Isso é denegação da Justiça”.

Adonias também enfrenta no Conselho Federal os problemas da entrega da prestação jurisdicional: “Não basta pensarmos só no ingresso das demandas, precisamos lidar com a qualidade, com o tempo e com a efetivação da prestação jurisdicional, desde o 1º Grau de Jurisdição até os tribunais superiores”. Ele diz que o acesso à Justiça tem espectro muito mais amplo, de acesso à ordem jurídica “justa”, com a advocacia também fora do Poder Judiciário. “Devemos estar atentos ao desenvolvimento dos meios extrajudiciais de resolução de conflitos”, defende.

Por fim, ele fala da preocupação com as ADRs, para Adonias “métodos adequados” de solução de conflitos (mediação, negociação e arbitragem) e com as ODRs, métodos online de resolução de disputas – que envolvem a inteligência artificial. “A tecnologia tem se desenvolvido muito rapidamente e precisamos encontrar o lugar de atuação da advocacia nesse movimento disruptivo. Acho que a Ordem deve assumir um protagonismo nesse campo”.

VOZ DO INTERIOR

Com uma história na advocacia baiana construída a partir do trabalho no interior do estado, Ubirajara Ávila, ex-presidente da Subseção de Vitória da Conquista e com atuação marcante na Comissão de Criação de Novas Subseções da OAB-BA, este ano passou a integrar o Conselho Federal da OAB. “Minha atuação tem sido voltada especialmente para desenvolvimento de iniciativas que aproximem o Conselho Federal das Subseções e consequentemente dos advogados e advogadas, principalmente do interior”, conta Ubirajara.

Para ele, o caminho inverso tam-

bém é importante: levar permanentemente para o Conselho Federal da Ordem as demandas, conquistas e sentimentos da advocacia praticada longe dos grandes centros. “Termos representantes dos variados segmentos da classe, sobretudo do interior dos estados, no Conselho Federal demonstra que todos os temas que interessam à advocacia interiorana, principalmente para aqueles que lutam diariamente nos balcões dos fóruns, serão pautados no órgão máximo da nossa instituição”. ◀

“Não basta pensarmos só no ingresso das demandas, precisamos lidar com a qualidade, com o tempo e com a efetivação da prestação jurisdicional, desde o 1º Grau de Jurisdição até os tribunais superiores”.

Antonio Adonias Bastos

CONCEITO FLUENCY & TECH DO COLÉGIO SÃO PAULO.

A união perfeita entre tecnologia
e tradição em aprovação.

Robótica, drones e games • Programação de aplicativos • Ensino bilíngue

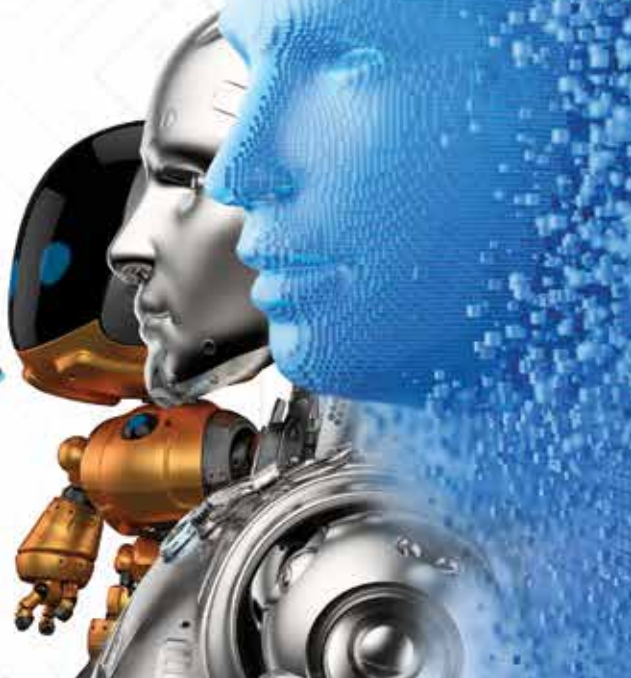


COLÉGIO
São Paulo

Central de matrículas: 71 2107-4646



Hi!





Desagravo na cidade de Itaberaba contou com uma grande participação de advogadas e advogados



PODEM CONTAR CONOSCO!

Comissão de Direitos e Prerrogativas, Procuradoria e Câmara de Prerrogativas somam-se para tornar mais completo e plural o sistema de defesa de prerrogativas na OAB-BA

O foco na realização de trabalhos preventivos para garantir o cumprimento das prerrogativas dos advogados baianos é uma das prioridades da OAB-BA. Dentro desta diretriz institucional, o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Adriano Batista, destaca o fortalecimento da comissão para este novo triênio e enfatiza os esforços adotados pela Diretoria para aprimorar o trabalho realizado pela Seccional na defesa intransigente do livre exercício da advocacia no estado. “Nas duas gestões passadas, estruturamos a Comissão e, principalmente, formamos um grupo muito forte, que está sempre motivado para defender os advogados”, diz ele.

Quanto às medidas “profiláticas”, Batista destaca a relação entre a Comissão e a Procuradoria de Prerrogativas da OAB-BA: “Apesar de haver uma simbiose entre a Comissão e a Procuradoria, os papéis são distintos. A Comissão atua de forma preventiva na resolução de problemas urgentes, em situações que envolvem ameaças, falta de urbanidade e abuso de autoridade. A Procuradoria age judicialmente para resolver tudo que a Comissão não consiga pelo diálogo. A Procuradoria ainda adota procedimentos de urgência contra ações ilegais dos tribunais, órgãos da administração e outras entidades, sempre que haja violação

das nossas prerrogativas”, explica.

À frente da Procuradoria, a advogada Mariana Oliveira observa que o trabalho será gradativamente ampliado: “As metas da Procuradoria envolvem a ampliação da atuação institucional e em defesa da classe, com medidas que vão desde a melhoria das condições do exercício profissional, impugnando todos os atos e/ou normas que criem obstáculos indevidos ao desempenho da advocacia, até uma atuação mais efetiva na defesa criminal das violações”, ela explica.

A promoção de medidas para combater a criminalização da advocacia e a tomada de providências ante casos de aviltamento de honorários advocatícios de sucumbência, e/ou de limitação judicial indevida dos honorários contratuais, também são ações destacadas por Mariana. “Além da função essencial de defesa das prerrogativas e do exercício profis-

sional, podemos acompanhar e auxiliar a classe em temas extremamente relevantes”. Um aspecto das ameaças tem especialmente preocupado Mariana: “No âmbito de apuração disciplinar de condutas indevidas de servidores públicos, salta aos olhos o crescimento do número de atos de violências física e moral por parte de autoridades policiais. Acreditamos que seja reflexo da própria situação vivida no país atualmente”, avalia.

“Advogadas e advogados baianos contam com a OAB a qualquer horário do dia ou da noite, qualquer dia da semana, até mesmo aos sábados, domingos e feriados”

Adriano Batista



Desagravo em Lauro de Freitas



Adriano Batista, presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Fabrício Castro, presidente da OAB-BA e Mariana Oliveira, procuradora-geral de prerrogativas

CÂMARA DE PRERROGATIVAS

A criação da Câmara de Prerrogativas surge, para Mariana Oliveira, como uma “excepcional medida” que torna mais completo e plural o sistema de defesa de prerrogativas. A Câmara foi criada em fevereiro de 2019 e a primeira sessão ocorreu em 14 de março. “A criação da Câmara e a forma célere e séria com que vem atuando estão melhorando significativamente o cenário da advocacia na Bahia. A efetividade do desagravo e a amplitude – os desagravos são transmitidos ao vivo nas redes sociais – desencorajam muitas autoridades infratoras a agirem em desacordo com os preceitos éticos e legais”.

Para a secretária-geral Marilda Sampaio, o trabalho pelo fortalecimento das prerrogativas é um dos pilares da atuação da OAB-BA. “A atuação já vinha sendo fortalecida pelas duas diretorias anteriores, sendo intensificada nesta gestão”. Ela acredita que a criação da Câmara é um marco importante na atuação institucional da Ordem na defesa dos direitos da classe – e consequentemente dos cidadãos – permitindo a realização de desagravos imediatamente após cada aprovação. “A nossa luta tem sido e continuará sendo incansável pela melhoria do Judiciário e garantia do acesso à Justiça que todos têm direito quando uma sociedade é plenamente democrática”, enfatiza Marilda.

O secretário-geral da Comissão, Saulo Guimarães, aponta que o desagravo é um ato em defesa da sociedade: “Para além da defesa das prerrogativas e da defesa da honra dos advogados, o desagravo é sempre uma defesa da população e da própria cidadania”.

PLANTÃO 24 HORAS NO INTERIOR

O impedimento de violações de prerrogativas no futuro é um dos objetivos da Comissão, ao promover caravanas por Subseções e comarcas do interior do estado. Nesta nova gestão, a Comissão está atuando no incentivo à adoção do Plantão 24 horas nos municípios do interior, o que torna o atendimento aos profissionais que tenham direitos ameaçados mais rápido e eficiente.

Já à disposição há alguns anos para quem exerce a advocacia em Salvador e cidades vizinhas, o Plantão 24 Horas da OAB-BA permite que advogados e advogadas contem com a OAB “a qualquer horário do dia ou da noite, qualquer dia da semana, até mesmo aos sábados, domingos e feriados. Podem contar conosco”, diz Adriano Batista. ◀

Contatos podem ser feitos por meio dos telefones
(71) 3321-9034 e **(71) 99902-1852** ou pelo
e-mail **direitoseprerrogativas@oab-ba.org.br**



AUDITORIA



PERÍCIAS



DEFESAS
AUTO DE INFRAÇÃO



RESTITUIÇÃO
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS



- PALESTRAS, CURSOS ONLINE E PRESENCIAL
- GESTÃO CONTÁBIL



**CONTABILIDADE
EM DEMANDAS
JURIDICAS**

.....



REALIZA

curso e
gestão contábil

Informações:

(71) 98315.5252 📞

comercial@realizacontabil.com.br
suportealuno@realizacontabil.com.br





Mariana Oliveira, procuradora-geral de prerrogativas da OAB-BA

OAB-BA RECORRE AO CNJ E GARANTE ATENDIMENTO A ADVOGADOS NO TJBA

Atuação firme da OAB-BA junto ao CNJ garante acesso de advogados baianos a juízes

A Diretoria da OAB da Bahia tem como prioridade “número um” do mandato o trabalho diuturno de enfrentamento da crise de eficiência do Poder Judiciário, uma vez que se trata, como tem observado o presidente Fabrício Castro, de uma questão básica para que advogadas e advogados tenham condições dignas de trabalho no estado – e a população, uma Justiça melhor. Nesta perspectiva, a Seccional obteve uma grande vitória, com apoio do Conselho Federal da Ordem, impedindo o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) de negar atendimento a advogados.

A ação da OAB-BA teve início logo após o TJ divulgar, 24 de abril, a Resolução Nº 8 que, a pretexto de normatizar o atendimento aos advogados pelos juízes, restringiria ilegalmente o acesso dos profissionais aos magistrados. “Nós lamentamos que o Tribunal tenha adotado medida como aquela, ilegal e arbitrária, sem sequer nos procurar”, diz

Fabrício Castro. “Não tinha como aceitarmos uma imposição desse tipo. Nossas prerrogativas são inegociáveis, o atendimento dos advogados pelos juízes não é um favor, mas um dever legal, e só nos restou adotar todas as providências cabíveis, que felizmente atingiram o resultado esperado”, avalia o presidente.

Depois de a Seccional recorrer ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o corregedor nacional de Justiça, ministro Humberto Martins, determinou que a Resolução 8/2019 do TJBA não poderia restringir o atendimento a advogados. Todo o processo, respaldado pelo Conselho Federal da Ordem, teve atuação decisiva do vice-presidente da OAB Nacional, o baiano e ex-presidente da OAB-BA Luiz Viana Queiroz, que despachou com o corregedor.

De acordo com o entendimento do ministro, a Resolução 8/2019, que estabelece como deve ocorrer o atendi-

mento aos advogados e jurisdicionados no estado, não poderia jamais ter sido utilizada para fundamentar negativas de atendimento pessoal dos advogados pelos juízes nem condicionar o atendimento a agendamento prévio. “Regras internas dos Tribunais não podem se sobrepor à legislação, muito menos desmerecer quem é, pela Constituição, indispensável à administração da Justiça. Não existe hierarquia entre magistrados e advogados”, destaca Fabrício.

A OAB-BA e o Conselho Federal da Ordem fundamentaram o recurso levado ao CNJ na Constituição Federal, no Estatuto da Advocacia e na Lei Orgânica da Magistratura (Loman), pedindo a nulidade da Resolução, que limitaria gravemente o atendimento aos advogados, obrigando-os a fazer “prévia solicitação” e aguardar a “anuência do magistrado” nos gabinetes e secretarias.

Importante frisar que, até a decisão do ministro, a Comissão de Prerrogativas fez blitzes diárias, fiscalizando o atendimento. A OAB-BA também disponibilizou um serviço para denúncias dos casos de não atendimento pelos magistrados.

DECISÃO

A decisão do ministro Humberto Martins foi proferida em 15 de maio, menos de um mês após o TJ publicar a medida. Na fundamentação, o corregedor fez referência à Resolução GP 18/2014, do Tribunal de Justiça do Maranhão, com disposições semelhantes à do TJBA, destacando que, apesar de reconhecer a legalidade da primeira, a interpretação não deve ser feita em prejuízo do livre exercício da advocacia nem com desrespeito às prerrogativas legalmente previstas.

Para embasar a decisão, Martins utilizou o artigo 7º, inc. VII do Estatuto da Advocacia, que garante aos advogados o direito de dirigir-se diretamente aos magistrados nas salas e gabinetes de trabalho, juntamente com o art. 35, inc. IV da Loman, que estabelece a obrigatoriedade do atendimento pelo magistrado aos que o procurarem.

“Quando a Resolução estabelece que o atendimento aos advogados e jurisdicionados será feito nos balcões das unidades e secretarias judiciárias e administrativas pelos servidores, isso não pode ser interpretado como uma restrição de atendimento dos advogados pelos magistrados”, deixou claro o membro do CNJ.

O ministro Martins ainda ressaltou que a interpretação adequada que se deve dar à Resolução é a de que “os advogados terão o direito de serem atendidos pelo magistrado, independentemente de agendamento prévio, mas ob-

servando-se a ordem de chegada e durante o horário de expediente forense. Assim, quando a Resolução impõe a anuência do magistrado ao atendimento, isso quer dizer que, depois de previamente anunciado pela serventia, o advogado deverá aguardar a autorização do juiz para ingressar em seu gabinete, a fim de que seja devidamente atendido dentro do horário de expediente, sem constituir qualquer ato de proibição pelo TJBA”, afirmou o corregedor nacional.

URBANIDADE

Para a procuradora de Prerrogativas da OAB-BA, Mariana Oliveira, é preciso deixar claro o sentido do termo “anuência” na Resolução. “Isso não se refere a qualquer juízo de discricionariedade dos magistrados, mas, sim, à recomendação, por regras básicas de urbanidade, que o juiz seja previamente avisado da intenção do advogado/advogada em lhe falar, informando se o mesmo pode ingressar imediatamente em seu gabinete ou aguardar por ordem de chegada e/ou até a conclusão de alguma atividade em execução pelo magistrado”.

No caso de o advogado não querer – ou não poder – esperar a disponibilidade momentânea do magistrado, o minist-

ro Martins trouxe, somente como uma alternativa, o agendamento prévio de atendimento, “oportunidade em que o advogado deverá ser recebido no horário previamente combinado com o magistrado”.

Analisando este ponto, Mariana Oliveira esclarece que “até mesmo o agendamento é tido, corretamente, como escolha do advogado/advogada que não quiser ou puder aguardar a ordem de chegada e/ou finalização de atividades pelo magistrado – e não como imposição do magistrado”.

Mesmo com a vitória no CNJ, Fabrício lembra que é preciso que a classe esteja em permanente estado de alerta para informar a OAB sobre os casos de não atendimento por magistrados. “Pedimos a cada advogada, a cada advogado que nos informem dos casos de violações para que a OAB faça a representação e o Tribunal, ciente da irregularidade, adote a medida disciplinar cabível, única forma de garantir que a advocacia não seja vulnerável à situação. A OAB da Bahia está em estado de alerta e estará sempre lutando para defender as nossas prerrogativas”, diz o presidente. ◀

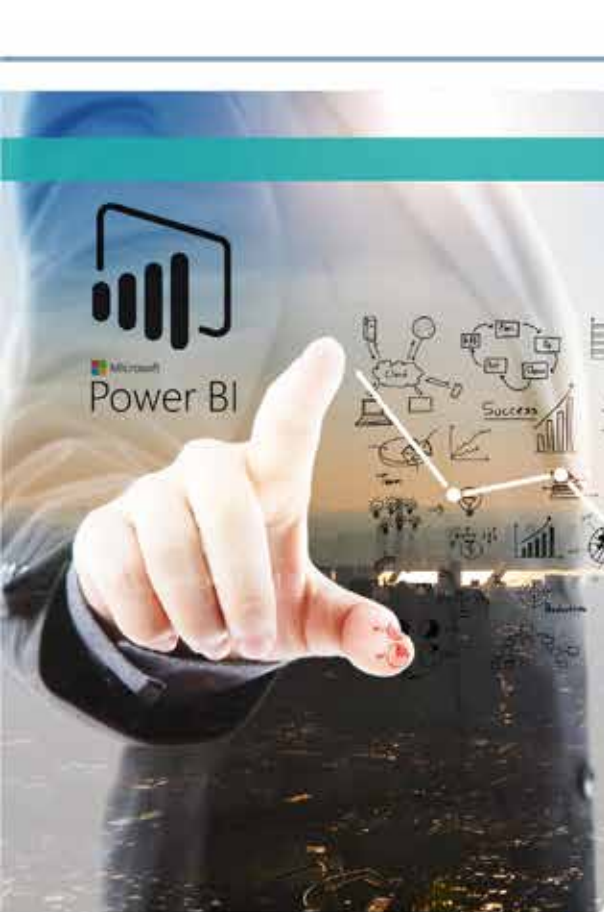
“Mesmo com a vitória obtida no CNJ, é preciso que a classe permaneça em permanente estado de alerta para informar a OAB sobre os casos de não atendimento por magistrados”

Fabrício Castro

Mesmo com a vitória no CNJ, Fabrício lembra que é preciso que a classe esteja em permanente estado de alerta para informar a OAB sobre os casos de não atendimento por magistrados. “Pedimos a cada advogada, a cada advogado que nos informem dos casos de violações para que a OAB faça a representação e o Tribunal, ciente da irregularidade, adote a medida disciplinar cabível, única forma de garantir que a advocacia não seja vulnerável à situação. A OAB da Bahia está em estado de alerta e estará sempre lutando para defender as nossas prerrogativas”, diz o presidente. ◀

Contatos pelos telefones

(71) 3321-9034 e (71) 99902-1852 ou pelo e-mail direitoseprerrogativas@oab-ba.org.br



MICRO TARGET

COMUNICAÇÃO INTELIGENTE E ASSERTIVA

**Usamos o Power BI para
análises de interações
e respostas!**

**Crie seu canal de comunicação
inteligente e direto para:**

Marketing, Relacionamento,
Pré venda, Venda, Pós
venda e SAC

www.microtarget.com.br
comercial.ba@microtarget.com.br

(71) 98315-5252

Empresa especializada
ao enquadramento da lei
de proteção de dados

Se deseja estreitar o
seu relacionamento
com o seu cliente ou
fornecedor.



Deixe esse trabalho com a
empresa que tem a expertise e
mais de 10 anos de experiência
no mercado brasileiro.



Abertura do IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste

IV ENCONTRO REGIONAL DA JOVEM ADVOCACIA REÚNE MAIS DE 4 MIL ADVOGADOS E ESTUDANTES DE DIREITO EM SALVADOR

O evento foi realizado pelo Conselho Consultivo da Jovem Advocacia da OAB-BA, nos dias 07 e 09 de agosto, no Hotel Fiesta

IV Encontro Regional
da Jovem Advocacia
do NORDESTE

CONSTRUINDO
O FUTURO DA ADVOCACIA





Conferência de abertura com o juiz Pablo Stolze

No mês da advocacia, a cidade de Salvador se transformou na capital nordestina do Direito. Entre os dias 07 e 09 de agosto, a terra de Ruy Barbosa, Luís Gama, Cosme de Farias dentre tantos outros hábeis juristas recebeu o IV Encontro Regional da Jovem Advocacia. O evento foi realizado no Hotel Fiesta, pelo Conselho Consultivo da Jovem Advocacia (CCJA) da OAB da Bahia e teve como tema Construir o Futuro da Advocacia. Ao todo, mais de 4 mil advogados e estudantes de Direito de diferentes estados participaram dos 10 painéis, debates e *talk shows* com mais de 80 palestrantes, ou visitaram a III Feira de Empreendedorismo Jurídico.

Presente na OAB Jovem desde que o Conselho Consultivo dava os seus primeiros passos, a atual presidente do CCJA, Sarah Barros, destaca que a causa da jovem advocacia iguala todos que marcaram presença no Encontro. “Vimos aqui em busca de conhecimento, mas, principalmente, porque queremos ser valorizados e vistos. Temos um papel muito importante no nosso país que é modificar a realidade

de e fortalecer a advocacia”, afirmou.

Atual diretor-tesoureiro da OAB-BA e ex-presidente do Conselho Jovem, Hermes Hilarião lembra que este é o terceiro Encontro Regional que a Bahia acolhe, e que isso é motivo de muita alegria para todos que de alguma maneira contribuem com esse movimento. “Tivemos a alegria de fazer o primeiro encontro, o segundo e agora o quarto, demonstrando a força política do Conselho Jovem na Seccional. Estamos mais fortalecidos e com a certeza de que a jovem advocacia é protagonista da sua história”.

Ao relembrar o passado recente, Hermes não esconde a satisfação de ter feito parte do projeto que culminou com a criação do CCJA, em 2013, na gestão do ex-presidente da OAB-BA e hoje vice-presidente nacional da Ordem, Luiz Viana Queiroz.

“A gente olha pelo retrovisor, revê toda essa história e percebe que conseguiu criar um movimento forte em defesa dos jovens, que representam cerca de 50% da classe. Temos problemas diários com o Judiciário que não funciona, com as violações das prerrogativas

e para os profissionais iniciantes é ainda mais difícil. Daí a importância de termos um órgão específico defendendo a jovem advocacia”.

O sentimento de dever cumprido também é visível no primeiro presidente do Conselho Jovem e atual vice-diretor da Escola Superior da Advocacia (ESA), Luiz Gabriel Batista Neves. Ele conta que os primeiros grandes eventos do CCJA, quando muito, reuniam algumas centenas de colegas.

“É muito bom ver que os presidentes que me sucederam foram melhores do que eu. A partir daquela gestão que iniciamos de modo embrionário veio Hermes e agora Sarah, que em poucos meses aprontou um evento grandioso. Isso é fruto da construção histórica daquilo que a gente foi montando tijolinho a tijolinho. Você chega num evento como este e fica orgulhoso de saber que o filho cresceu”.

Entusiasta da jovem advocacia desde que iniciou sua trajetória na vida institucional, o presidente da OAB-BA, Fabrício Castro, frisou que o IV Encontro Regional demonstra a capacidade de realização e maturidade

dessa juventude. “A jovem advocacia está nos dando uma amostra da maturidade e competência que possui. Eu apenas quero agradecer a todos os envolvidos na organização desse grandioso evento”, disse.

Segundo Luiz Viana, o grande número de participantes na conferência reflete que a juventude está de fato disposta a valorizar a classe e superar as adversidades. “Foram mais de quatro mil inscritos, o que mostra que todos nós queremos muito encontrar soluções para os nossos desafios”, pontuou.

O sentimento de união da classe pôde ser visto, por exemplo, no jovem advogado Leno Falcão Costa, que há dois anos conquistou a carteira da Ordem. “Fui motivado a me inscrever na conferência pela possibilidade de conhecer essa rede de jovens advoga-

dos, entender o momento atual da OAB e ouvir a perspectiva de quem já está nesse meio”, disse.

Enquanto que para a estudante de Direito Marcela Rodrigues o Encontro serviu como um convite para ela cruzar os portões da OAB. “Comecei a me interessar de fato pela Ordem dos Advogados após esse encontro. Pra mim, foi muito importante ter vindo aqui nessa conferência”.

ABERTURA

Em um auditório lotado, a conferência teve seu pontapé inicial com a execução do hino nacional pela banda Didá. Com o seu inconfundível estouro percussivo, o grupo formado exclusivamente por mulheres rompeu a formalidade imposta pelos ternos e gravatas e trouxe muita baiani-

dade ao evento.

Os primeiros conferencistas a se apresentarem foram o juiz do Tribunal de Justiça da Bahia e autor de obras jurídicas como o Manual de Direito Civil, Pablo Stolze, e o renomado advogado criminalista Antônio Carlos de Almeida Castro, Kakay. Mestres das Ciências Jurídicas, Kakay e Stolze trouxeram para a mesa temas polêmicos e que muito interessam à classe.

O magistrado palestrou sobre a responsabilidade civil e os novos paradigmas do dano, enquanto o advogado apresentou os desafios do advogado criminalista em tempos difíceis.

Segundo Kakay, em determinados momentos da história jurídica recente do nosso país, a investigação fugiu dos limites constitucionais. Ele destacou que isso contribuiu para o pro-



Diretores do CCJA: Manuela Iglesias (diretora de relações institucionais), Mailson Conceição (diretor de planejamento), Sarah Barros (presidente), Leonardo Vieira (diretor de relacionamento com o interior) e Lucas Macedo (vice-presidente).

cesso de criminalização da advocacia e transformação do Ministério Público e Poder Judiciário em instituições que ultrapassaram as suas fronteiras de atuação, o que prejudica o equilíbrio do Estado Democrático.

“Houve um enfraquecimento do Poder Legislativo e tivemos a infelicidade de viver um momento em que o Poder Executivo estava absolutamente desacreditado. Como não existe vácuo de poder, surgiu um super Poder Judiciário. Para isso acontecer, fizeram uma criminalização da advocacia de modo que o advogado passou a ser quase um mal necessário”, pontuou.

Pablo Stolze destacou a importância de resgatar a dignidade da pessoa humana para se vencer os problemas do país. “Não adianta você defender uma boa política institucional, seja você juiz, médico, advogado ou engenheiro, se você sequer dá um bom dia para o ascensorista do elevador ou, no trânsito, não busca ter uma conduta amigável”, frisou.

A programação de painéis abordou ainda a ética na advocacia, as dificuldades no início da carreira, questões de gênero e raça no mercado jurídico brasileiro, o acesso à justiça e as novas tendências na advocacia, dentre outros temas.

EMPREENDEDORISMO JURÍDICO

Durante o Encontro, também aconteceu a III Feira de Empreendedorismo Jurídico. O espaço reuniu diversos expositores que levaram o que há de mais atual para a categoria, como, por exemplo, o “Alerta OAB”, serviço gratuito que permite ao advogado acessar 450 diários oficiais de todo o país, o que equivale a 80% das publicações desta natureza.

Ticiania Amorim, administradora de produtos do portal responsável pelo serviço, explicou que o alerta funciona como um recorte digital que co-

bre todo o Brasil. “Diferente de outros recortes digitais, esse é nacional, dando ao advogado a possibilidade de ampliar de modo significativo a sua carreira”, disse.

Ela destacou ainda que o uso da tecnologia é imprescindível na vida de qualquer advogado, sobretudo aqueles que buscam empreender ou ingressar em grandes escritórios. “Aliar tecnologia com gestão é o que possibilita revolucionar a justiça no Brasil e isso tem tudo a ver com o jovem advogado”.

No estande reservado ao CCJA, conselheiros jovens tiraram dúvidas dos colegas e apresentaram as ações do Conselho. O conselheiro Victor Anunciação destacou que o CCJA é um porta voz da OAB para dialogar com os novos advogados e que o Encontro foi fundamental para difundir

“Viemos aqui em busca de conhecimento, mas, principalmente, porque queremos ser valorizados e vistos. Temos um papel muito importante no nosso país que é modificar a realidade e fortalecer a advocacia”

essa missão. “Promovemos cursos e palestras que têm sido muito importantes para o crescimento profissional. O engajamento com colegas mais experientes possibilita muitas trocas de experiências”.

Também conselheira jovem, Raimunda Oliveira reforça que o apoio do CCJA dá segurança para iniciar a carreira. “A OAB Jovem é um alicerce. A advocacia não é fácil, não é um mundo de Alice, é um campo que enfrentamos vários desafios, mas não estamos sozinhos nessa luta”.

A Escola Superior da Advocacia (ESA) e a Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia (CAAB) também montaram estandes na Feira. Na ocasião, foi lançada a pós-graduação da

Faculdade Atame em parceria com a ESA, que oferece preços diferenciados para a jovem advocacia. “É um momento de encontros, de discussões e também de apresentação de novos produtos e serviços da OAB-BA”, disse a diretora da ESA, a Thais Bandeira.

Já a CAAB levou para o Encontro uma amostra dos serviços oferecidos pela Caixa e ainda confeccionou o cartão de vantagens. “É uma alegria ver a Bahia sediando um evento dessa natureza, muito bem organizado. A CAAB é parceira da jovem advocacia e a classe pode contar conosco”, frisou o presidente da instituição, Luiz Coutinho.

O presidente da OAB do Ceará, José Erinaldo Dantas, parabenizou a OAB Jovem da Bahia pela programação do Encontro e da Feira de Empreendedorismo que, segundo ele, vem ajudar o profissional do Direito a se encontrar melhor no atual cenário econômico do Brasil.

“O advogado é um prestador de serviço, então ele depende da economia aquecida. O Brasil vive uma crise. Se para os advogados mais experientes está difícil o mercado, para os jovens o quadro é ainda pior. Então, um evento como este é importante para que eles possam se conscientizar, aumentar seu profissionalismo e, respeitando a ética, melhorar na advocacia e na vida”.

UFCS E OUTRAS PELEJAS

Outra grande atração do Encontro foram os embates dos UFCs Jurídicos. Ao invés dos socos e chutes do famoso torneio de artes marciais, nesses confrontos as armas foram a retórica, a capacidade argumentativa e o poder de convencimento. As regras do confronto eram simples: exposições de 10 a 15 minutos para cada uma das partes, cinco minutos de réplica e perguntas da plateia.



PENSAR NO FUTURO

Em meio às incertezas impostas pela Reforma da Previdência, a solução para a hoje jovem advocacia viver uma velhice mais tranquila pode estar mais perto do que se imagina. No IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste, a classe teve a oportunidade de tirar dúvidas e até mesmo se inscrever no plano de previdência da OABPrev-SP.

O Consultor da OABPrev-SP na Bahia e um dos responsáveis pelo estande no evento, Jader Barros, contou que em função da Reforma da Previdência a procura por planos privados aumentou de forma considerável, sobretudo na advocacia. “Muitas pessoas têm buscado essa alternativa privada como uma segunda opção para não depender exclusivamente da previdência social”, disse.

Ele explica ainda que a OABPrev se destaca por não ter fins lucrativos, logo não possui taxas de carregamento nem de administração cobradas, por exemplo, pelos bancos. Isso torna o plano mais vantajoso e aumenta a lucratividade.

Apesar do crescimento de cerca de 200% na Bahia, em 2018, a OABPrev ainda é pouco conhecida no estado, principalmente no interior. Jader Barros conta que tem sido feito um forte trabalho de divulgação através

das redes sociais e a CAAB e OAB-BA tem ajudado bastante na difusão dessa alternativa previdenciária para a classe. “De fato é um grande benefício para os advogados, pois a grande maioria é autônoma e nem recolhe INSS”, disse.

No momento, dos cerca de 60 mil advogados da Bahia, menos de 5 mil participam do plano. A nível nacional, esse número beira 50 mil adesões. De modo que a OABPrev é hoje o maior plano de previdência de vínculo associativo do país. A meta para a Bahia é alcançar 30% da advocacia, ou cerca de 20 mil associados.

No momento, a adesão é feita apenas pessoalmente, mas a OABPrev possui o projeto 2020 sem Papel. “A ideia é que a partir do próximo ano a adesão seja feita também à distância. Estar aqui no Encontro Regional foi um esforço para dar acesso a esses profissionais que queiram aderir ao plano”, concluiu Jader Barros.

A jovem advogada Luciana Contreiras se interessou pela previdência pensada para a categoria. “Nós somos uma classe autônoma e precisamos pensar no futuro. Esse tipo de previdência certamente vem nos assegurar. É uma excelente iniciativa e a OAB Jovem está de parabéns por ter colocado esse estande no evento”, afirmou.

Além dos UFCs, foram promovidos também debates e *talk shows* seguindo mais ou menos o mesmo formato. Os temas abordados, no entanto, não eram tão simples quanto as regras das peijas. Tratou-se, por exemplo, da Palavra da Vítima em Crimes de Violência Doméstica, do Porte de Armas Para Advogados, Fechamento de Comarcas no Interior, Prerrogativas, Torcida Única e as tão polêmicas reformas da Previdência e Trabalhista.

O formato interativo agradou à

conselheira seccional e professora Cíntia Barreto, que viu nessa iniciativa uma oportunidade para os jovens exercitarem a fala. “O jovem advogado precisa aprender que a fala é uma forma de expressão importante para a profissão. A sustentação oral é uma ferramenta importantíssima e pouco trabalhada nas universidades”.

O presidente da Associação Baiana de Advogados Trabalhistas (ABAT), Ivan Isaac, que debateu a Reforma Trabalhista, chamou atenção para a ne-

cessidade de aproximar o advogado jovem da ABAT. “Esse formato mais informal nos ajuda e cabe aos advogados mais experientes provocarem os mais jovens para caminharmos juntos”.

Já o presidente do Sindicato dos Bancários, Augusto Vasconcelos, que compôs o debate sobre Reforma da Previdência, pontuou que o tema divide opiniões e levá-lo ao Encontro Regional da Jovem Advocacia foi importante para municiar a classe de informações e ajudar cada advogado a for-

mar sua própria opinião. “A jovem advocacia acerta ao fazer uma discussão desse tema com pessoas que têm conteúdo, com visões distintas, mas respeitando o pluralismo de ideias e aceitando que de maneira democrática podemos construir um país”.

Para o advogado Jorge Lima, debater temas tão espinhosos e de maneira tão franca é sem dúvida um gesto de coragem da Diretoria do Conselho Consultivo. Segundo ele, ao mesmo tempo que é necessário construir um senso crítico a respeito desses temas é preciso manter viva dentro da alma da jovem advocacia a esperança em dias melhores.

“Isso passa por um processo de

discussão dos temas, de construção de um posicionamento da advocacia em relação aos aspectos políticos, históricos e técnicos de forma a capacitar a jovem advocacia para que cada um construa sua própria opinião. A advocacia é marcada, sobretudo, pelo senso crítico. O advogado tem que ter a opinião dele e é isso que a jovem advocacia tem que absorver”.

COLÉGIOS DE PRESIDENTES

Mesmo com a programação extensa, os presidentes jovens encontraram espaço para realizar colégios de presidentes do Nordeste e da Bahia, onde foram debatidos pontos que interessam a toda advocacia e que de-

vem servir de referência para os próximos pleitos da classe.

Além de todos os representantes das seccionais nordestinas e subseções baianas, participaram dos colégios presidentes jovens de Goiás, Roraima, Amapá, Espírito Santo e Amazonas. Nas pautas dos colégios constaram temas como residência jurídica, mudanças no Código de Ética, capacitação, cláusula de barreira, prerrogativas e remuneração da classe.

Pedro Mascarenhas, presidente da OAB Jovem em Feira de Santana, destacou que momentos como este reforçam o movimento de valorização da jovem advocacia do interior, iniciado na gestão de Luiz Viana. “O interior



Presidentes jovens das subseções

valorizado vai participar sempre dos eventos da capital”.

Para Rita Coutinho, presidente da OAB Jovem em Serrinha, ao se unirem e compartilharem seus problemas e soluções, os jovens presidentes podem pensar projeto e medidas que vêm fortalecer toda a classe. “Aqui nós encontramos um norte, um apoio”.

Já Carlos Siqueira, presidente da OAB Jovem em Sergipe, vai além e descreve a participação no Colégio como transformadora. “Mudamos a nossa visão em relação àquilo que se discute atualmente no Direito e serviu como espaço para que a gente se una em torno das pautas comuns, daí a importância do impacto do evento, não só no Nordeste como no Brasil”.

Sarah Barros destacou a força dos presidentes do Nordeste nesse movimento de valorização da advocacia. “Somos um grupo muito unido e estamos fazendo um trabalho diferenciado. Por isso me sinto muito honrada por poder reunir todos aqui, para discutir o futuro da advocacia no país”, pontuou.

Os jovens presidentes tiveram a

oportunidade de ouvir a conselheira federal Ilana Campos falar a respeito dos aspectos financeiros no início da carreira. Segundo ela, a jovem advocacia é o sustentáculo da profissão no Brasil, uma vez que mais de 50% dos 1,2 milhão de advogados brasileiros são jovens, daí a importância de preparar essa parcela da classe para que ela conquiste êxito no mercado de trabalho.

“Eu acredito que trabalhar e ganhar dinheiro no início da carreira é fundamental para que o jovem se interesse pela advocacia. No meu escritório, as causas que eu não pego eu passo para os jovens advogados e sempre tenho dois iniciantes trabalhando comigo que não pagam absolutamente nada”, explicou.

VIAJAR É PRECISO

E os presidentes não vieram sozinhos. Diversos jovens advogados percorreram longas distâncias para participar do Encontro. Camila Carvalho, por exemplo, que há apenas dois meses recebeu a carteira da OAB, veio de Juazeiro, a 500 km de Salvador, somen-

te para participar do evento. Ela conta que pretende atuar no campo do Direito Criminal, mas que no momento tem feito audiências nas áreas cível, trabalhista e previdenciária.

“O evento é muito engrandecedor, principalmente para os jovens advogados que têm tantos desafios pela frente. O início da carreira de fato não é nada fácil e esse encontro só vem mostrar que temos uma jovem advocacia unida e que está aí para nos ajudar em todos os momentos”, disse.

A vice-presidente da OAB-BA, Ana Patrícia Dantas Leão, comemorou a presença de tantos jovens de localidades diferentes. “Estamos conseguindo despertar, tocar e encantar a jovem advocacia para se envolver na Ordem e, sobretudo, buscar conhecimento. Os jovens estão estimulados a estudar e nós precisamos aproveitar esse momento”, disse.

O mesmo sentimento é compartilhado pela secretária-geral da OAB-BA, Marilda Sampaio. “Fico muito feliz em ver a jovem advocacia em busca de conhecimento, agregando valo-

PRERROGATIVAS NÃO SÃO PRIVILÉGIOS

Como não poderia deixar de ser, a defesa das prerrogativas foi assunto amplamente debatido no IV Encontro Regional da Jovem Advocacia do Nordeste. O tema abriu a programação de *talk shows* do evento e reuniu especialistas e profissionais que atuam firmemente para garantir que a classe não sofra abusos durante o exercício profissional.

O presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas da OAB-BA, Adriano Batista, comemorou a iniciativa do CCJA destacando que o sistema de defesa das prerrogativas da Seccional tem crescido muito em função do apoio incondicional da Diretoria da OAB e também porque, aos poucos, a Ordem está recuperando a confiança do advogado na instituição. Com a criação da Câmara de Prerrogativas, no início deste ano, a OAB-BA

conta agora com a Comissão, o Plantão e a Procuradoria de Prerrogativas.

“Na medida em que a gente conseguiu organizar a comissão e mostrar a efetividade do nosso trabalho, conseguimos recuperar muito do respeito também das autoridades pela OAB. Todo esse cenário se tornou muito positivo para que as violações caíssem”, disse. Adriano Batista destaca que, de 2014 para cá, diminuiu muito a quantidade de não atendimentos por juízes e os problemas em delegacias.

“O plantão registra isso. Em 2019, tivemos poucas ocorrências em delegacias contra advogados consideradas graves, enquanto que nos anos anteriores tivemos violência contra advogados numa escala muito maior”, informou.

res. Quando eles fazem isso, demonstram que estão no caminho certo”.

TODOS JUNTOS SOMOS FORTES

O brilhantismo do Encontro só foi possível porque o Conselho Consultivo da Jovem Advocacia da OAB da Bahia é, antes de tudo, uma equipe. Plural, múltiplo, diversificado, esse time que hoje reúne mais de 70 integrantes e, pela primeira vez na sua história, é capitaneado por uma mulher, conseguiu alinhar as partituras, afinar os instrumentos e tocar em ritmo de orquestra.

O diretor de planejamento do CCJA, Mailson Conceição, fez questão de lembrar que os conselheiros jovens se doaram em prol desse trabalho voluntário, cuja única remuneração é a valorização da advocacia. “Quero agradecer por poder contar com a ajuda dos conselheiros que nos dão uma grande força para que a

gente consiga dar conta de um evento desse porte”.

Já o vice-presidente do Conselho, Lucas Macedo, conta que ao ser compartilhada a responsabilidade de realizar o evento torna-se mais leve, enquanto que a felicidade pelo resultado conquistado é até difícil de medir. “É uma satisfação muito grande ver o auditório cheio depois de tanto trabalho. Ao mesmo tempo que veio a responsabilidade, veio a alegria em receber a jovem advocacia na nossa casa para debater temas importantes para a profissão”.

Esse contentamento ficou ilustrado pelos mais de mil quilos de alimentos não perecíveis arrecadados durante o Encontro e que foram entregues à Associação Vó Flor, uma instituição beneficente que atende cerca de 100 crianças. Os donativos foram doados pelos participantes da conferência que os trocaram pelas pastas do evento.

A representante da instituição atendida, Matilde Benvinda, agradeceu ao gesto do Conselho Consultivo da Jovem Advocacia. “Foi uma atitude muito bonita essa da OAB e que irá nos auxiliar muito”, disse. A Associação Vó Flor funciona no Largo da Madragoa, na Ribeira, e oferece, além de três refeições diárias, aulas de reforço escolar, capoeira, ginástica e atividades culturais.

Quem sabe, esse arroz e feijão doados de bom grado sejam mais que alimentos para o estômago, e sim o combustível que irá impulsionar os sonhos de futuros médicos, engenheiros e, por que não dizer, jovens advogados que lutarão por justiça, servirão de fontes de inspiração para seus pares e organizarão encontros com 10, 15 mil presentes. Afinal de contas, como diria Sobral Pinto, a advocacia não é – e nem nunca será – profissão de covardes. ◀





“VOCÊ EM PRIMEIRO LUGAR”

MUITO OBRIGADO!



ASSOCIADOS CAAB GANHAM 30 DIAS A MAIS NA CONTRATAÇÃO DE 1 PLANO ANUAL OU 30% DE DESCONTO NO PLANO MENSAL



AGENDE
UM CONTATO

 **HAMMER**
FITNESS CLUB



Sede da OAB de Camaçari, inaugurada em julho deste ano

INTERIOR FORTALECIDO!

Diretoria Seccional segue firme com o projeto de levar a OAB para todos os cantos da Bahia

A interiorização da Ordem tem sido uma das principais prioridades da OAB-BA. A Seccional segue investindo em reforma e construção de sedes e salas, cursos de capacitação e na defesa das prerrogativas profissionais para valorizar cada vez mais o advogado e a advogada que militam distante da capital.

Em julho deste ano, após longa espera, foi inaugurada a sede da subseção de Camaçari. O novo espaço conta com auditório, salas de atendimento ao advogado, de reunião,

além de acesso à internet.

Na ocasião, o presidente da OAB de Camaçari, Paulo Carneiro, ressaltou que uma estrutura adequada é fundamental para a classe defender os seus pleitos. “Vamos seguir trabalhando firme para prestar um serviço digno aos colegas, defendendo o interesse de toda a advocacia. E esta é a Casa da advocacia. Ela não só representa uma estrutura física, mas os anseios e os sonhos da classe”, pontuou.

Fabrizio Castro destaca que levar a OAB a todos os can-



Entrega da sede da subseção de Camaçari

tos da Bahia é uma meta da gestão. “Quando a gente começou o processo de interiorização, muita gente não acreditava no projeto. Mas o tempo tem mostrado que esta é sim uma prioridade”.

EXPANSÃO

Este ano, também foi empossada a primeira Diretoria da OAB de Simões Filho, que, para melhor atender à classe, foi desmembrada da subseção de Camaçari. Além de Simões Filho, a nova subseção abrange as cidades de Candeias, São Francisco do Conde e Santo Amaro.

A Diretoria é formada pela presidente Márcia Lavig-

ne Hohlenwerger, pelo vice-presidente João Luiz Freitas dos Santos, pelo secretário-geral Zurita Chiacchiaretta, pela secretária-geral adjunta Maria da Piedade Burgos Santana, e pelo diretor-tesoureiro Douglas Prazeres da Silva Ramalho.

SALA EM CACHOEIRA

E no mês do advogado foi inaugurada no Fórum Augusto Teixeira de Freitas, em Cachoeira, mais uma Sala da Advocacia, atendendo a uma antiga reivindicação da classe que milita na região.

O presidente da subseção de Cruz das Almas, respon-



Presidentes das subseções do interior em reunião do Colégio de Presidentes da OAB-BA

sável pela comarca de Cachoeira, Marcelo Velame, falou a respeito da importância da sala para os profissionais do Direito e toda a sociedade que necessita do Judiciário. "A classe, agora, passa a contar com um espaço acolhedor e confortável para o desempenho da profissão", disse.

PRESIDENTES UNIDOS

A aproximação da Diretoria Seccional com as subseções tem se dado ainda nos Colégios de Presidentes. Nos encontros, as lideranças do interior baiano compartilham os problemas vividos pelos colegas em suas regiões e juntos buscam soluções.

Já no primeiro Colégio do ano, o fechamento de comarcas foi o ponto principal da pauta. Na ocasião, os representantes da advocacia do interior puderam apresentar a situ-

ação das suas cidades e esclarecer dúvidas a respeito das tratativas com o Tribunal de Justiça da Bahia.

Os presidentes ainda ouviram a conselheira seccional e procuradora-geral de prerrogativas, Mariana Oliveira, fazer uma apresentação do trabalho desenvolvido pela Procuradoria. Ela explicou as diferenças de atribuições da Procuradoria e da Comissão de Direitos e Prerrogativas, destacando que a Comissão atua na tentativa de solução administrativa dos problemas que envolvam a violação de prerrogativas, enquanto a Procuradoria é responsável pela adoção de medidas judiciais.

O presidente da Caixa de Assistência dos Advogados da Bahia (CAAB), Luiz Coutinho, apresentou o trabalho da instituição e destacou o desempenho dos delegados do interior para o crescimento do braço assistencial da OAB-BA. ◀

CARSYSTEM
+ SEGURO



Tenha **na palma da sua mão** o monitoramento do seu veículo!



Com mais de 15 anos de mercado, a CARSYSTEM é sinônimo de confiança, segurança e credibilidade.

Somos a maior empresa de rastreamento veicular do Brasil. Esse título se deve aos nossos eficientes rastreadores para carros, motos e caminhões, que contam com a mais alta tecnologia e possuem altíssimos índices de recuperação. Tudo isso para você ficar ainda mais seguro.



OFERTA RELÂMPAGO

Cadastre-se agora e não pague pelo equipamento!

Desde
2001
como líder do
mercado

Mais de
60 mil
veículos
recuperados

Monitoramento
24h
do seu veículo

Rastreie com o
APP
exclusivo!
Fácil e Rápido

☎ 71 3003-0949

☎ 71 99403-1116

CARSYSTEM



INCONSTITUCIONALIDADE NOCIVA

OAB ajuíza ação no STF que questiona constitucionalidade de gastos com inativos do TJBA

Mobilizado pela Seccional baiana, o Conselho Federal da OAB reconheceu no último dia 20 de maio a inconstitucionalidade no pagamento de servidores e magistrados inativos do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA). Esse já era o entendimento do Conselho Pleno da OAB-BA, que julgou, no dia 5 de abril, como inconstitucionais os gastos com pessoal

inativo do Judiciário estadual baiano, decisão aprovada por unanimidade.

Dando prosseguimento à medida, que integra o conjunto permanente de ações da OAB-BA em prol da melhoria do Judiciário da Bahia, o Conselho Federal da OAB aceitou propor uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF). O acionamento

da Corte máxima do país, guardiã da Constituição, se dá porque no Tribunal de Justiça da Bahia magistrados e servidores aposentados, em que pese serem remunerados pelo Estado, permanecem constando como beneficiários das despesas do TJ, para efeito do limite prudencial. O resultado deste quadro é que o Judiciário, que há vários anos vem prestan-



a Lei Complementar de Normas Gerais de Direito Financeiro, o que distorce os cálculos de despesas com inativos para fins de apuração do limite de gastos com pessoal.

Ainda segundo a análise do pagamento aos inativos do TJBA, o fato de o Judiciário baiano estar com o ônus dos gastos, embora o Poder Executivo mantenha-se detentor das receitas previdenciárias e fontes pagadoras dos benefícios, repercute diretamente para o ingresso do Judiciário no limite prudencial instituído pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tudo isso interfere diretamente no funcionamento da instituição, que tem a prestação de serviço essencialmente ligada à atividade de magistrados e servidores – atualmente em número insuficiente para prestar um bom atendimento à população.

CONTRATAÇÕES

O presidente da Seccional baiana, Fabrício Castro, destacou a importância da decisão do Conselho Federal de recorrer ao STF. Ele reforça que todas as medidas adotadas pela Ordem com relação à crise do Judiciário

têm como principal finalidade a contratação de juízes e servidores.

"É uma meta nossa fazer esse enfrentamento com coragem e firmeza. Nós vamos enfrentar a crise do Poder Judiciário da forma que precisa ser enfrentada, buscando soluções para a contratação de juízes e servidores, porque o resto é enxugar gelo", enfatizou.

Para a proponente do processo no Conselho Pleno, a vice-presidente da OAB-BA, Ana Patrícia Dantas Leão, há agora uma possibilidade real para a melhoria do Judiciário no estado.

"Com essa medida acolhida pelo Conselho local, e agora já com a Adin movida pelo Conselho Federal, nós protagonizaremos uma grande transformação do Poder Judiciário da Bahia. Esse é um trabalho nosso, coletivo e feito por muitas mãos", comemorou a vice-presidente.

Para dimensionar a importância que a situação de irregularidade no estado está tendo no nível federal, o Pleno da OAB tomou a importante decisão de recorrer ao STF em uma sessão extraordinária, tamanha a agressão aos princípios constitucionais brasileiros. ◀

do um serviço precário à sociedade, principalmente pelo déficit de magistrados e servidores, fica impedido de contratar novos profissionais para a instituição.

No relatório que embasou a decisão tomada em Brasília, o conselheiro federal Felipe Sarmiento corroborou o entendimento do Conselho Pleno da OAB-BA, de que o fato de a remuneração dos inativos do Judiciário entrar na folha do TJBA afronta diversas normas do Direito Financeiro. A situação, entende a OAB, agride o próprio conteúdo da Lei de Diretrizes Orçamentárias, além de estar em desacordo com



Diretoria da OAB-BA em sessão do Conselho Pleno



Lançamento da campanha Marcha das Mulheres

COMISSÕES VALORIZAM E DIGNIFICAM A MULHER

Campanhas e ações das comissões da Mulher Advogada e de proteção aos Direitos da Mulher marcam a luta pela defesa e valorização das profissionais da advocacia na Bahia

Nos últimos seis anos, a OAB-BA obteve diversas conquistas no âmbito da defesa e valorização da mulher advogada no estado. Entretanto, diante do contexto de predominância da cultura machista em nossa sociedade, a continuidade desse trabalho segue sendo prioritária

para este novo triênio. É o que garantem as presidentes das comissões da Mulher Advogada, Daniela Portugal, e de Proteção aos Direitos da Mulher, Renata Deiró.

Renata destaca o lançamento da campanha de combate à importunação sexual e as ações desenvolvidas em parce-

ria com a Rede de Proteção à Mulher, Ministério Público do Estado (MP-BA), Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres e a Ronda Maria da Penha da Polícia Militar da Bahia.

“Durante o Carnaval da Bahia, distribuimos panfletos informativos para toda a sociedade”, ressalta Renata, apontando também a participação da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher no movimento Marcha das Mulheres, no Dia Internacional da Mulher deste ano, em 8 de março, ocasião em que foi lançada a segunda edição da Cartilha de Combate à Violência contra a Mulher.

“Também participamos da criação do grupo Advogadas em Movimento, que pretende levar todas as ações da OAB Bahia, voltadas para as mulheres, a diversas Subseções do estado, com a primeira participação em Vitória da Conquista”, lembra a presidente.

FORA AGRESSORES

Daniela Portugal, da Comissão da Mulher Advogada, informa a respeito da aprovação da medida que impede a inscrição de agressores de mulheres, crianças e idosos na OAB-BA. “Trata-se de uma resolução que estabelece que esses agressores não têm idoneidade para participar da Ordem”, detalha, acrescentando que “o advogado que pratica violência doméstica e familiar contra mulheres não reflete a dignidade necessária ao exercício da profissão. Por essa mesma razão, não deverá ter deferido o pedido de inscrição na Ordem, ou ainda poderá ser excluído do nosso quadro, caso já seja inscrito. É uma medida necessária e que chega nesse momento em que a violência contra a mulher e o feminicídio alcançam índices alarmantes”.

Além da aprovação dessa medida, este triênio, segundo Renata Deiró, também será de trabalho intenso na promoção de atividades para informar, conscientizar e auxiliar na proteção aos direitos da mulher, bem como, organizar ações de empoderamento feminino e valorização individual e de coletivos. “Especialmente da mulher negra, sempre tendo como foco a abordagem de gênero e raça”, destaca Renata.

REDES SOCIAIS

Para atender a uma demanda dos dias atuais, Renata Deiró conta que a Comissão elaborou um projeto de divulga-

ção das ações nas redes sociais, voltado para a potencialização dos projetos que a OAB-BA está envolvida. “Estamos tendo uma grande aceitação, não somente da comunidade jurídica como da população em geral. Em dois meses de Instagram, por exemplo, já alcançamos mais de mil seguidores”, festeja Renata.

Ela ainda informa que no mês de maio foi realizada uma audiência pública intitulada Maternidade: uma Questão Social. A Violência Obstétrica à Luz do Direito, que contou com a ampla participação da sociedade civil, advogadas, médicas, enfermeiras, doulas, gestoras públicas municipais e estaduais, hospitais e maternidades. “Podemos trabalhar a temática da maternidade e da violência obstétrica, com palestra e debate”.

Dentro do Plano de Gestão 2019-2021, dentre outras ações, a Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher pretende lançar uma pós-graduação em gênero, em parceria com a ESA, realizar blitzes de divulgação e distribuição das cartilhas, acompanhar junto aos poderes Legislativo e Executivo estadual e municipal o processo para aprovação de projetos de interesse das mulheres, bem como junto ao Judiciário, para a implantação das políticas públicas.

“ Ainda não há uma plena igualdade de tratamento social entre homens e mulheres”

Daniela Portugal

PARIDADE

Daniela Portugal lembra que a gestão de Fabrício Castro entra para a história com uma chapa eleita com paridade de gênero. “Isso fortalece muito a luta por igualdade e nos coloca diante de um desafio ainda maior, o de elaborar políticas concretas voltadas para a promoção de igualdade de gênero entre advogadas e advogados”, diz ela.

Segundo Daniela, todos os projetos da Comissão da Mulher Advogada serão pautados a partir de uma perspectiva feminista de interseção. “Feminista porque reconhece que hoje ainda não há uma plena igualdade de tratamento social entre homens e mulheres”, ela explica. “Por essa razão, temos muito trabalho pela frente na luta por igualdade de gênero. Não basta uma igualdade meramente formal, a lei precisa estar refletida nas práticas sociais. As mulheres, entretanto, ainda são alvo de menor remuneração, além de serem vítimas mais comuns de variadas formas de violência e de assédio, inclusive no exercício da profissão. E interseccional porque estamos atentas ao fato de que nem todas as mulheres experimentam a opressão social da mes-



Daniela Portugal (presidente da Comissão da Mulher Advogada) e Renata Deiró (presidente da Comissão de Proteção aos Direitos da Mulher)

ma forma. Nosso percurso histórico estruturou diferentes focos de violência que transcendem a questão do patriarcado. Há que se reconhecer que vivemos em uma sociedade patriarcal racista e capitalista. Não existe democracia racial no Brasil e o nosso processo de abolição do antigo regime infelizmente é inacabado. Por isso precisamos olhar com urgência a experiência vivida pelas mulheres negras no exercício da advocacia, elas precisam ser ouvidas e, especialmente, participar de maneira mais ativa da construção de uma nova OAB. A missão da Comissão da Mulher Advogada na Bahia, território marcado pela predominância de mulheres negras, é fazer que os nossos quadros reflitam, democraticamente, a nossa sociedade. Somente as-

sim nos engajaremos em busca de uma real dignificação da mulher advogada”.

Quanto à medida relacionada à inidoneidade dos advogados agressores, Daniela se acha “representada” pela orientação dada pelo Conselho Federal, que tem contado com o “excelente trabalho da baiana Daniela Borges na presidência em âmbito nacional da Comissão da Mulher Advogada”.

Daniela Portugal reitera que “é um grande avanço o reconhecimento de que as violências praticadas na esfera privada interferem, sim, na nossa atuação profissional nos espaços públicos, exatamente porque dizem muito de nós, e a OAB hoje se afirma como uma importante aliada na proteção das mulheres contra qualquer forma de violência”. ◀



 **Ótica da Gente**
DIFERENTE IGUAL A VOCÊ

 @oticaagentesalvador

www.oticaagente.com.br

 /oticaagentesalvador



Inspeção da Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública

SECCIONAL LUTA POR DIGNIDADE NO SISTEMA PRISIONAL

Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública da OAB-BA reforça inspeções em presídios

O presidente da Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública, Marcos Melo, está em plena atividade junto com integrantes da comissão – e com pleno apoio da Diretoria – para realizar inspeções, ao longo de todo o mandato, no Complexo Penitenciário da Mata Escura, em Salvador, e nos presídios espalhados pelo interior do estado.

Melo informa que a comissão dividiu as visitas em duas etapas: no primeiro semestre de 2019 foram feitas inspeções da Ordem no com-

plexo prisional de Salvador. “A Comissão vem realizando inspeções nas unidades de custódia do estado da Bahia. Já foram visitados o Conjunto Penal Masculino e Feminino, no Complexo da Mata Escura, a Cadeia Pública de Salvador, o Presídio Ariston Cardoso em Ilhéus, a Colônia Penal Lafayette Coutinho, o Hospital de Custódia e Tratamento, o Conjunto Penal de Lauro de Freitas e a Colônia Penal de Simões Filho, relata o presidente, que destaca a colaboração da Secretaria de Adminis-

tração Penitenciária e Ressocialização (SEAP) e dos diretores das unidades percorridas.

Para o segundo semestre do ano, o planejamento estabelecido pela Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública é para garantir que as inspeções cheguem aos presídios nas regiões do interior baiano.

O objetivo das visitas, segundo Melo, é checar as condições para o exercício da advocacia nos presídios do estado. “Temos historicamente problemas mais recorrentes nas uni-

dades prisionais da Bahia, como a precariedade nos parlatórios e a ausência de sala reservada para contato do advogado com o cliente, situações que hoje dificultam bastante o trabalho da classe. Nosso objetivo é atuar para garantir plenas condições de atuação para o profissional da área criminal”, diz Melo.

Ao final do ciclo de visitas e inspeções nos presídios do estado, a comissão produzirá um relatório, que reunirá os resultados das avaliações feitas. O documento, segundo Marcos Melo, balizará as estratégias para resolução dos problemas encontrados e será disponibilizado ao público geral.

Para o vice-presidente da comissão, advogado Vinícius Dantas, a ação para melhoria das condições de trabalho da classe no sistema prisional do estado deve ser permanente. “Temos realizado inspeções em unidades prisionais em todo o estado da Bahia, com o intuito de detectar problemas e entraves ao exercício da advocacia, assim como qualquer outro tipo de problema existente”, diz Dantas. “Sempre que constatamos um problema, após estudá-lo buscamos o melhor meio para solucioná-lo, seja intervindo diretamente ou cobrando das autoridades competentes”, conta o vice-presidente.

Vinícius Dantas destaca como ponto importante do trabalho da OAB-BA, por meio da comissão, o processo de reforma dos parlatórios: “Está ocorrendo gradativamente a revitalização desses locais e agregação de novo mobiliário, para que os profissionais tenham melhores condições de trabalho nas unidades prisionais”.

Uma grande conquista, segundo ele, “não só para a classe, mas também para toda a sociedade”, foi a inauguração da Sala da Advocacia, no Con-



Inspeção da Comissão Especial de Sistema Prisional e Segurança Pública

junto Penal Feminino de Salvador, no dia 14 de maio deste ano. “A sala encontra-se com toda a estrutura necessária e adequada para os profissionais que ali atuam”, destaca Dantas.

EVENTOS

Além das inspeções em presídios do estado, a comissão organizará eventos que abordarão temas relacionados à questão da segurança pública. Marcos Melo acredita que esses en-

contros terão “o mérito de fomentar uma maior aproximação entre a classe e acadêmicos de Direito”.

O presidente da comissão acredita que a segurança pública e o sistema prisional são áreas de grande relevância social. “Nossa sociedade carece de discussão aberta e diálogo constante nessas áreas, na busca permanente pela melhora do sistema e das políticas públicas pertinentes”, frisa Melo. ◀



Entrega da lista sêxtupla ao presidente do TJBA

QUINTO CONSTITUCIONAL TEM VOTAÇÃO HISTÓRICA

Eleição contou com participação recorde de advogadas e advogados na Bahia

O espírito democrático que tem marcado a gestão da Seccional baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) nos últimos anos proporcionou um marco histórico na eleição do Quinto Constitucional no estado. No pleito realizado em fevereiro deste ano, 12.450 advogados votaram para preenchimento da vaga de desembargador do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia. Este número equivale a 49,4% de todos os advogados aptos a participar, mais que o dobro dos 5.330 votantes no processo de escolha anterior, no ano de 2015.

O recorde de participação da advocacia baiana coroa um trabalho iniciado nas gestões de Luiz Viana Queiroz, quando a participação na eleição do Quinto Constitucional, antes restrita aos membros do Conselho Pleno, foi estendida a todos os associados da OAB-BA, bastando para isso estarem em dia com a anuidade. A medida segue mantida na gestão de Fabrício Oliveira, que vê uma grande importância na mudança. “Foi uma eleição democrática, segura e moderna, que contou com o número expressivo de advogados e advogadas da capital e interior”, comemora o

presidente. Esta é a quarta vez consecutiva que a lista é decidida pelo voto direto dos advogados baianos.

Os advogados Gildásio Rodrigues Alves, José Soares Ferreira Aras Neto e Marcelo Junqueira Ayres Filho foram escolhidos para compor a Lista Tríplice do Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) para preenchimento da vaga de desembargador, relativa ao Quinto Constitucional da Advocacia. Eles integraram a lista sêxtupla eleita diretamente pelas advogadas e advogados que participaram da votação – juntamente com Lia Barroso, Esmeralda Oliveira e Eurípedes Brito Júnior. A relação com os três nomes mais votados encontra-se com o governador do estado, Rui Costa, responsável por escolher o novo ocupante da Desembargadoria.

TECNOLOGIA

À frente da Comissão Especial do Quinto Constitucional, o advogado Fabrício Bastos destaca o uso da tecnologia como um dos fatores que contribuíram para a ampliação expressiva da participação. A eleição foi realizada via web, em horário contínuo, oferecendo aos advogados e advogadas da capital e do interior a possibilidade de votarem de casa ou nos escritórios, por meio de computado-

res, tablets e smartphones.

“A eleição teve esse componente de comodidade e segurança para os advogados puderem votar”, observa o presidente da comissão. “Tudo foi cercado de altos padrões de segurança digital, com uso de criptografia e o que existe de mais moderno em termos de recursos tecnológicos”, diz Fabrício Bastos. Ele também conta que o aumento do número de votantes tem ocorrido junto com o de candidatos. “Em 2019 foram 20 postulantes à vaga do Quinto Constitucional, também um recorde de participação”.

Acompanhando de perto todo o processo de amplitude democrática e uso da tecnologia que vem possibilitando a cada eleição uma participação maior da advocacia, Bastos aponta um resultado “extremamente positivo” para a OAB-BA, para os associados e para o próprio ambiente jurídico no estado. “É um processo que traz mobilização e união da classe, estimula a adimplência e, na outra ponta, oxigena o Poder Judiciário com a entrada na corte de 2º Grau de quadros bem preparados”.

A Comissão responsável por supervisionar e fiscalizar o processo eleitoral do Quinto Constitucional foi integrada, além de Fabrício Bastos, pelos advogados Simone Nery, Luís Vinícius de Aragão Costa e Gustavo Amorim. ◀



Apresentação do sistema de votação do Quinto Constitucional



Posse de comissões da OAB-BA

OAB-BA CRIA NOVAS COMISSÕES E FORTALECE DIÁLOGO COM SOCIEDADE

Entre permanentes e provisórias, as comissões trazem nos nomes importantes bandeiras da classe e em defesa dos direitos sociais

Principais ferramentas de auxílio da diretoria e Conselho Pleno da OAB, as comissões ganharam destaque na Seccional baiana, em 2019. Além do incentivo à adesão de centenas de advogados e advogadas,

a atual gestão da OAB da Bahia criou, desde janeiro, mais de 20 novas comissões, em um total de 81. Acesso à Justiça e Cidadania, Proteção à Criança e ao Adolescente e Direito Militar foram algumas criadas.

Segundo o presidente da OAB-BA, Fabrício Castro, as comissões são a alma da Ordem. “São nelas que surgem e se desenvolvem os temas discutidos pela OAB. Por isso fazemos questão de fomentar a partici-



pação dos colegas, que, com trabalho voluntário indispensável à classe, nos ajudam com as questões da Ordem”, destacou.

Os temas são os mais distintos possíveis. Entre permanentes e especiais provisórias – criadas com finalidades específicas por determinado tempo –, muitas comissões trazem no nome importantes bandeiras de luta da classe. É o caso da de Direitos e Prerrogativas, Especial de Honorários Advocatórios e a de Advocacia Pública, por exemplo.

“Tentamos mapear todos os as-

suntos de interesse da advocacia para que pudéssemos dividi-los entre as comissões. Muitas já existiam. Outras foram criadas ou mesmo desmembradas para melhor atender a advocacia”, destacou Adriano Batista, coordenador de Comissões da OAB-BA e presidente do tema voltado a Direitos e Prerrogativas.

Presidente da comissão responsável por um dos assuntos de maior interesse da advocacia, Juizados Especiais, Vanessa Lopes explica que acompanha de perto os anseios da classe. “Desde o início da minha carreira, milito com processos na seara dos juizados e acompanhamento de perto os anseios dos colegas”, disse.

Entre as ações desempenhadas pela comissão, Vanessa destaca atos, reuniões com o Tribunal de Justiça, em busca do estreitamento de diálogo, e campanhas realizadas em defesa da classe. “A nossa adesão à campanha ‘Mero aborrecimento tem valor’, em busca de indenizações justas, teve grande aceitação e mobilização da classe”, relembra.

Outra comissão bastante demandada pela advocacia é a de Tecnologia e Informação, desmembrada da de Direito Digital pela atual gestão da OAB-BA. A presidente Tamiride Monteiro, que também é representante da OAB Nacional no Conselho Superior da Justiça do Trabalho, explica que tem trabalhado para tirar as dúvidas e capacitar a advocacia no uso das plataformas virtuais e advocacia na era digital.

“Atuamos em diferentes frentes. Desenvolvemos importantes ferramentas de auxílio à classe, como o Meu Escritório Virtual e o Navegador do Advogado e promovemos eventos como o Seminário de Direito Digital e Nova Era, com estudos em Lei Ge-

ral de Proteção de Dados, inteligência artificial, crimes digitais e processo eletrônico atribuídos em coordenações” explicou.

DIREITOS SOCIAIS

Além dos assuntos de natureza jurídica, os direitos sociais também estão entre os de maior interesse da Ordem. Questões de gênero, raça, sexo e religião recebem atenção especial de comissões, como as Especiais de Promoção da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa, de Diversidade Sexual e Enfrentamento à Homofobia, de Proteção aos Direitos da Mulher e de Direitos Humanos.

Segundo Adriano Batista, os temas sociais abraçados pela OAB são um reflexo natural do papel da Ordem na sociedade. “Diante da nossa missão histórica de representação da sociedade civil, nada mais natural utilizarmos nossas comissões como ferramentas de escuta e de diálogo com a comunidade, defendendo seus direitos nos mais diversos âmbitos”, explicou.

Entre as ações em defesa dos direitos sociais, Adriano destaca campanhas de combate à violência contra a mulher e à população LGBTQ+, audiências públicas para discutir casos ligados à intolerância religiosa e preconceito racial e eventos em defesa dos direitos humanos, como a histórica audiência pública, que lotou a sede da OAB-BA para discutir a ação da Rondesp no caso Cabula.

“Advogados e advogadas que desejarem participar destas e outras discussões, a OAB está de portas abertas para recebê-los e, juntos, lutarmos por melhores condições de trabalho e pelo fortalecimento da advocacia”, concluiu Batista. ◀



Diretoria da CAAB: da esquerda para a direita, Milton Jordão (Diretor Tesoureiro), René Viana (Secretário Geral Adjunto), Kathia Norberto Mattos (Diretora Suplente), Luiz Augusto Coutinho (Presidente), Tereza Guerra Dória (Diretora de Saúde), Pedro Mascarenhas (Vice-Presidente), Erenaldo de Sousa (Diretor Suplente) e Marcelo Araújo (Diretor Suplente)

CAAB CADA VEZ MAIS FORTE PARA SERVIR À ADVOCACIA BAIANA

Trabalho desenvolvido na Bahia se destaca entre as Caixas de Assistência do país

A Caixa de Assistência aos Advogados da Bahia (CAAB) atua para oferecer serviços, benefícios e ações assistenciais para os advogados, estagiários e dependentes legais. Para

o seu presidente, Luiz Coutinho, o clima positivo de motivação na Seccional baiana favorece os trabalhos desenvolvidos à frente da entidade: “nos superarmos é o nosso maior desafio

neste triênio 2019-2021”, acredita ele.

A OAB-BA tem proporcionado a ampliação da função social da CAAB, que beneficiou nos dois últimos mandatos advogados em situação de vul-



nerabilidade financeira, além de desenvolver iniciativas nas áreas assistenciais, oferecendo facilidades para o exercício profissional, com ações nas áreas de saúde, esporte e lazer, na capital e cidades de interior. O desafio agora é ampliar o tanto que já foi feito, chegando cada vez mais junto de cada associado em todo o estado da Bahia, em parceria com as Subseções e qualificando permanentemente os serviços e benefícios oferecidos.

Com “apoio irrestrito” da Diretoria da OAB-BA e recursos oriundos

do Fundo de Integração e Desenvolvimento Assistencial dos Advogados (Fida), a CAAB colocou em prática projetos e programas importantes. Alguns exemplos são a reforma e ampliação do centro odontológico na sede da Seccional, em Salvador, mesmas melhorias feitas no SPA, junto com a duplicação da capacidade do Hotel de Trânsito, destinado a atender colegas que estão na capital a serviço.

Ainda na área da saúde, houve importantes iniciativas nas cidades do interior do estado, como a implantação de centros odontológicos em Itabuna e Vitória da Conquista, além do início das tratativas com a Subseção de Feira de Santana para implantação de uma unidade semelhante na cidade.

Outro projeto da CAAB é a implementação do programa Meu Escritório, que funciona no prédio do Centro de Cultura João Mangabeira (CCJM), ao lado do Fórum Ruy Barbosa, em Salvador. São disponibilizadas 56 estações de trabalho, interligadas com a internet e que possibilitam acesso ao sistema PJe (Processo Judicial Eletrônico) do Tribunal de Justiça da Bahia.

O Meu Escritório foi ampliado e hoje oferece à classe, em especial aos jovens advogados e advogadas, instalações modernas e funcionais, com uma sala para reuniões e seis escritórios para atendimento aos clientes, dignificando e valorizando o trabalho dos profissionais. “Quando assumimos existiam apenas oito máquinas servindo à classe no CCJM”, relembra Luiz Coutinho.

Para facilitar o deslocamento dos advogados, a CAAB renovou a frota de vans, que são climatizadas e contam com wi-fi grátis. Os veículos disponibilizados para transporte dos advogados também operam em Feira de Santana, Lauro de Freitas, Itabuna, Ilhéus

e Vitória da Conquista. Com um trabalho diversificado para atender bem a categoria, a CAAB estará completando 75 anos de existência em 2020.

O trabalho feito na Bahia se destaca entre as Caixas de Assistência do país, justamente pela força e atuação cada vez mais ampla e diversificada no estado.

Como as demais Caixas de Assistência do Brasil, a CAAB evoluiu e não atua apenas como braço social da OAB-BA, avançando bem além dos auxílios existentes, a exemplo do pecuniário e funeral. Uma das estratégias adotadas para ampliação do alcance é o trabalho realizado com o objetivo de prospectar e captar parcerias que resultam em descontos especiais e exclusivos para a classe. Isso vem acontecendo tanto em Salvador quanto nas Subseções da Ordem em toda a Bahia.

Antes do trabalho iniciado pela atual gestão da CAAB existiam 531 convênios, e a meta estabelecida desde o começo foi a de ampliar significativamente essa marca. Com a implantação das funções de delegados e delegadas da CAAB nas Subseções, o esforço para identificar nas regiões parceiros e serviços para beneficiar a classe foi significativamente ampliado. Com a ajuda deles, atualmente a CAAB já chegou a cerca de 2.000 convênios. “Para os próximos anos, avançaremos ainda mais”, acredita Coutinho.

Os convênios com escolas, bastante utilizados, são um excelente exemplo. Há associados que chegam a conseguir, ao fim de cada ano, um retorno três vezes maior do que os R\$ 800 pagos pela anuidade da Seccional. Nenhuma categoria profissional no Brasil conta com uma assistência igual à que a CAAB oferece aos advogados e advogadas, que se sentem acolhidos juntamente com seu bem maior, que é a família.

LAZER E ESPORTE

Como exemplo dos projetos já postos em prática em 2019, o ADVerão CAAB ofereceu serviços e práticas esportivas nas praias de Itapua, da Preguiça, Porto da Barra e Jardim de Alah, em Salvador. E também na orla de Lauro de Freitas e a Praia da Penha, na Ilha de Itaparica, locais da região metropolitana, juntamente com municípios litorâneos do interior, nas praias do Cristo, em Ilhéus, e na Avenida Beira-mar, em Porto Seguro.

Ainda na área do movimento como estratégia para o lazer e a con-

servação da saúde ocorre a promoção da Copa Estadual de Futebol da CAAB. Já na terceira edição, esta competição esportiva é outra eficaz ferramenta de interiorização das ações de mobilização da categoria e que a cada ano quebra recordes de times inscritos e advogados diretamente envolvidos. Agora, em 2019, são 32 equipes formadas para participar da Copa da CAAB, com cerca de 700 advogados jogadores.

Além de incentivar a prática de esporte como forma de conquistar melhor qualidade de vida e bem-estar, a competição serve para a intera-

ção dos colegas de praticamente todo o estado.

Para Luiz Coutinho é importante que os advogados aproveitem tudo o que a CAAB disponibiliza. “Acredito que a melhor maneira de a classe avaliar o trabalho que é feito pela Caixa de Assistência é usufruindo dos serviços e benefícios oferecidos”.

E, como estamos em tempos de redes sociais, esse acompanhamento e avaliação podem ser feitos, também, seguindo nossos perfis:

- @caab_avante (Twitter),
- CAAB Avante (Facebook) e
- www.caab.com.br. ◀



1ª Travessia CAAB Salvador-Ilha de Itaparica



DIGA ADEUS À CONTA DE LUZ

USE ENERGIA SOLAR

A energia solar cabe na sua casa, na sua empresa e, principalmente, no seu bolso. Você economiza, valoriza seu imóvel e ainda preserva o meio ambiente. Junte-se a centenas de pessoas que já abraçaram o futuro com a empresa que mais investe em energia solar na Bahia.

FAÇA UMA SIMULAÇÃO OU
SOLICITE UMA VISITA:

71 3241-5211

71 99266-6482 

3penergia.com.br  





Aula na ESA

FORMAÇÃO JURÍDICA DE QUALIDADE EM TODO O ESTADO

A meta da ESA é consolidar o processo de interiorização da qualificação dos profissionais do estado

Com mais de duas décadas atuando ativamente na formação jurídica dos advogados baianos, a Escola Superior de Advocacia Orlando Gomes (ESA-BA) já está trabalhando para consolidar, ainda neste triênio, o processo de interiorização das ações, de forma a contribuir com a melhoria da qualificação dos profissionais em todas as regiões do estado.

A respeito desse desafio, a diretora da ESA, Thais Bandeira, acredita que é preciso atuar em parceria com delegados regionais. Isso, segundo ela, valorizará o potencial de cada região na área de formação jurídica, estimulando a participação de especialistas locais.

A diretora acrescenta que, além do fomento à formação jurídica no interior do estado, a ESA está buscando permanentemente a atualização da oferta de conteúdos jurídicos para a classe. Para isso, a escola está estabelecendo parceria com uma conceituada instituição do ramo educacional.

“A Faculdade ATAME, entidade de ensino superior de Brasília, está chegando à Bahia para realização de cursos de pós-graduação a preços bem competitivos no mercado”,

adianta a diretora da ESA, em relação a qualificações que serão ministradas para os associados da OAB-BA.

Ainda de acordo com Thais, os cursos da ATAME não serão os únicos a serem oferecidos aos advogados. “Outras parcerias estão sendo fechadas, a exemplo de uma com o Tribunal de Justiça da Bahia (TJBA) e a Unicorp, para realização de cursos práticos de assuntos interessantes à advocacia”, revela.

Essas medidas, para Thais Bandeira, visam “dar ainda mais capilarização à ESA, levando aos colegas das mais diversas regiões cursos de aperfeiçoamento para que melhor desenvolvam a advocacia”.

CURSOS ON-LINE

Por meio do portal, o advogado ou estudante poderá ter acesso a todo o conteúdo que está sendo produzido na ESA-BA, desde os eventos à programação de cursos e acompanhamento de notícias.

Nessa plataforma, constam ainda os Cursos Online. Disponíveis desde junho de 2016, esses cursos possibili-

tam a todos os advogados ter acesso a conteúdos específicos com destacados profissionais do mercado.

Para ter acesso ao portal e poder navegar e conhecer todas as suas possibilidades, o advogado ou estudante deverá ir no ícone “Área do Aluno”, que está no canto superior direito da tela, e fazer o seu cadastro. Depois disso, terá acesso personalizado ao site.

Em breve, todas as inscrições e pagamentos de cursos e eventos da Escola poderão ser realizados pelo portal. A mudança será feita de forma gradual para que todos os advogados e estudantes sejam contemplados e não tenham dúvidas no processo. Além disso, também estaremos oferecendo uma nova programação de cursos on-line. Aguardem! ◀

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS E OUTROS EVENTOS - CAPITAL

CURSOS	PROFESSOR(A) / PALESTRANTE	CARGA HORÁRIA	DATAS/ PERÍODO	DIAS	HORÁRIO	INVESTIMENTO
Ações Imobiliárias II	Fernanda Andrade Carvalho (Coord.) e Yasser Sampaio	21h	01 a 22/10	terça / quinta	18:30h às 21:30h	R\$ 380 e R\$ 190*
Práticas Simuladas em Mediação Familiar	Dalva Luz	21h	5, 7, 12, 14, 19, 21 e 28/11	terça / quinta	18:30h às 21:30h	R\$ 380 e R\$ 190*
Noções Práticas de Direito do Consumidor	Janaina de Souza Bastos	21h	11 a 02/12	seg. / quarta	18:30h às 21:30h	R\$ 380 e R\$ 190*
Bases Práticas para a Advocacia Criminal - Módulo II	Lucas Carapiá (Coord.)	21h	22, 23, 29 e 30/11 - 6, 7 e 13/12	sexta: 18:30h às 21:30h sábado: 9:00h às 12:00h		R\$ 380 e R\$ 190*

OUTROS EVENTOS	PROFESSOR(A) / PALESTRANTE	CARGA HORÁRIA	DATA/ PERÍODO	DIAS	HORÁRIO	INVESTIMENTO
Grupo de Estudos e Vivências em Direito Sistêmico			7/10 e 11/11	seg. / sexta	17:00h às 20:00h	R\$ 100 e R\$ 50*
A Mini Reforma Previdenciária (Lei 13.846/2019) e seus Efeitos na Advocacia	Juliana Ribeiro	3h	10/9	terça	18:30h às 21:30h	R\$ 20 e R\$ 10*
Workshop Formação de Precatórios	Anna Fracalossi, Évelin Carvalho, Ilana Campos, Leonardo Matos e Marta Gama	3h	17 e 18/9	terça / quarta	18:30h às 21:30h	R\$ 50 e R\$ 25*
Grupo de Estudos em Direito Militar		3h	20/9, 18/10, 22/11 e 13/12		18:30h às 21:30h	Gratuito
Audiência Simulada - Família		3h	21/9	sábado	9:00h às 12:00h	R\$ 30 e R\$ 15*
Felicidade: Arma Contra o Estresse e a Ansiedade na Prevenção ao Suicídio e Valorização da Vida	Karina Mizuki	1h30	25/9	quarta	9:00h às 10:30h	R\$ 20 e R\$ 10*
Como Iniciar a Advocacia Sem Erros	Fernanda Barbosa	2h	26/9	quinta	18:00h às 20:30h	R\$ 20 e R\$ 10*
Audiência Simulada - Civil		3h	19/10	sábado	9:00h às 12:00h	R\$ 30 e R\$ 15*
Palestra Sobre Direito Animal		2h30	22/10	terça	19:00h às 21:30h	R\$ 20 e R\$ 10*
Prospecção de Clientes Sem Mistério	Fernanda Barbosa	2h	31/10	quinta	19:00h às 21:30h	R\$ 20 e R\$ 10*
Conquistas e Desafios das Pessoas com Deficiência após a Lei Brasileira de Inclusão	Amanda Ferreti	3h	03/12	terça	8:30h às 11:30h	1 kg de alimento não perecível

Local dos cursos: ESA-BA (Campo da Pólvora) | Inscrição: www.esaoabba.org.br | * Preço para jovem advocacia, idosos e estudantes de graduação

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS - INTERIOR

CURSO	PROFESSOR(A)	CARGA HORÁRIA	DATA	HORÁRIO	LOCAL	INVESTIMENTO
Curso de PJE-CALC	Sérgio Alexandre	16h	12 e 13/09/19	8:30h às 17:30h	Subseção de Alagoinhas	Gratuito
Tópicos Práticos de Processo Penal	Lucas Carapiá	8h	13 e 14/09	sexta: 17:30h às 21:30h sábado: 8:30h às 12:30h	Subseção de Teixeira de Freitas	Gratuito
Tópicos Práticos de Processo Penal	Lucas Carapiá	8h	27 e 28/09	sexta: 17:30h às 21:30h sábado: 8:30h às 12:30h	Subseção de Jequié	Gratuito



CELERIDADE NOS HONORÁRIOS

Campanha da OAB-BA incentiva a classe a informar à Seccional ações judiciais sobre a cobrança de honorários advocatícios

O Estatuto da Advocacia garante que “a prestação de serviço profissional assegura aos inscritos na OAB o direito aos honorários”. Ou seja, advogados e advogadas devem ser devidamente remunerados pelos trabalhos que prestam. No entanto, historicamente essa garantia vem sendo violada e, conseqüentemente, isso tem dificultado o exercício profissional.

Diante desse quadro, a OAB da Bahia deu início à Campanha Celeridade nos Honorários, cujo objetivo é incentivar a classe a informar à Seccional as ações judiciais que versam exclusivamente sobre a cobrança de honorários advocatícios que estão com a tramitação processual muito lenta.

A procuradora-geral de Prerrogativas da OAB-BA, Mariana Oliveira, explica que com essas informações a Procuradoria vai intervir junto aos tribunais envolvidos e aos magistrados responsáveis pelos processos. “Vamos garantir a duração razoável desses processos e agilizar o pagamento dos honorários dos advogados e advogadas”, afirmou. O presidente Fabrício Castro destaca que a ação vem fortalecer a advocacia. “Esta é uma campanha em defesa da valorização da classe”, frisou.

COMO FUNCIONA

Para notificar a OAB-BA, os advogados e advogadas devem acessar o site da instituição através do endereço cobranca-honorarios.oab-ba.org.br e preencher login e senha. Em seguida, é feito o direcionamento para a página do processo, onde é possível anexar um relatório minucioso dos fatos.

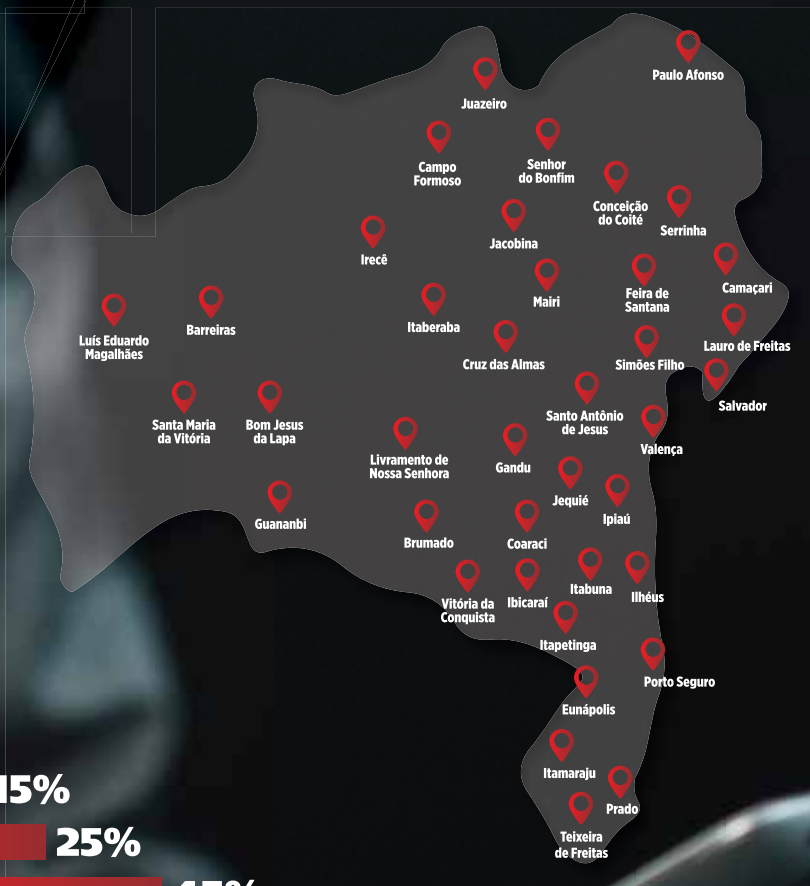
No passo seguinte, serão anexadas todas as peças essenciais ao entendimento dos fatos narrados, sem limitação da quantidade de arquivos ou do tamanho destes, mas todos em formato pdf. São peças obrigatórias: petições iniciais das ações e da decisão e/ou contrato de honorários que as fundamenta.

PROVIDÊNCIAS

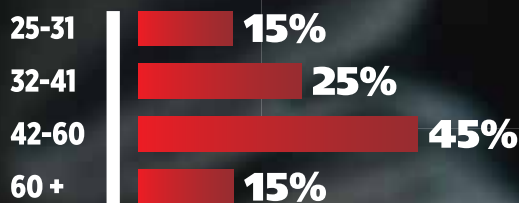
A Procuradoria de Defesa de Prerrogativas analisará todos os casos encaminhados e adotará as medidas necessárias para a garantia da tramitação célere das ações judiciais que envolvam exclusivamente a cobrança de honorários. ◀

REVISTA OAB-BA, O CANAL DE COMUNICAÇÃO COM A ADVOCACIA BAIANA

Mais de 48.000 advogados e advogadas nas 36 subseções do estado



Faixa Etária



49% 51%



Para anunciar

(71) 99906-4486 | 98315-5252

revistaoabba@gmail.com

Mais informações a respeito das subseções, acesse:
<http://www.oab-ba.org.br/oab/subsecoes/>

A gente ama
defender o seu direito
de ter um Honda.

Condições
Especiais para
Advogados



Uma homenagem da **Honda Imperial** ao Dia do Advogado.

Honda Imperial
Pituba
71 2107.1500

Honda Imperial
Mares
71 2108.1313

Honda Imperial
Vitória
71 3034.5500

Honda Imperial
Aphaville
71 3360.2600

Honda Imperial
Feira de Santana
75 2101.1500

Honda Imperial
Petrópolis
87 3983.5454



No trânsito, dê sentido à vida.



Imperial